



COMBOIOS DE PORTUGAL

Relatório & Contas Consolidadas 2015



Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário € 2.678.800.000 (a 31 de dezembro de 2015)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo de Atividade.

Direção Financeira

Contactos: webmaster@cp.pt

Índice

01. Sumário do Ano	8	—● EMEF	24
02. Grupo CP	10	Sumário Executivo	24
—● CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	10	Operação	24
—● CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.	10	Gestão dos Meios	27
—● EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.,	10	Rendimentos	28
—● SIMEF, A.C.E.	10	Investimentos	28
—● SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.	11	Resultados	28
—● FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.	11	—● Fernave	30
—● Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	11	Sumário Executivo	30
—● TIP, A.C.E.	11	Operação	30
—● OTLIS, A.C.E.	11	Gestão dos Meios	31
—● Relações Intragrupo	12	Proveitos	31
03. Enquadramento do Ano	14	Resultados	32
—● Contexto	14	—● Ecosaúde	33
—● Enquadramento Macroeconómico	14	Sumário Executivo	33
04. Atividade Consolidada do Ano	16	Operação	33
—● CP	16	Gestão dos Meios	35
Sumário Executivo	16	Resultados	35
Operação	16	—● SAROS	36
Gestão dos Meios	18	Sumário Executivo	36
Procura e Oferta	19	Operação	36
Proveitos	20	Gestão dos Meios	36
Investimentos	20	Proveitos	36
Resultados	21	Resultados	37
		05. Análise Económico-Financeira	40
		—● Resultados do Grupo CP	40
		Evolução face ao ano anterior	40
		—● Balanço	43
		Ativo	43

Capital Próprio	43	—● Locações (nota 9)	98
Passivo	44	—● Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 10)	99
Financiamento	44	—● Participações Financeiras - Outros Métodos (nota 11)	100
06. Perspectivas para 2016	48	—● Ativos por Impostos Diferidos (nota 12)	102
07. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício	52	—● Acionistas/Sócios (nota 13)	102
08. Declaração de Conformidade	54	—● Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)	103
09. Demonstrações Financeiras	56	—● Inventários (nota 15)	104
10. Anexos às Demonstrações Financeiras	62	Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos	105
—● Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	62	Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos	105
Identificação	62	Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos	105
—● Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	64	Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos	105
Referencial contabilístico	64	Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos	105
Derrogações às IFRS	64	Inventários classificados como Obsoletos	105
Valores comparativos	64	Inventários classificados como Estratégicos	106
—● Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)	66	Inventários sem identificação	106
Bases de mensuração	66	—● Clientes (nota 16)	106
Consolidação	66	—● Adiantamentos a Fornecedores (nota 17)	107
—● Fluxo de Caixa (nota 4)	90		
Rubrica de Caixa e depósitos bancários	90		
—● Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)	91		
—● Composição do Resultado por Segmento de Negócio (nota 6)	91		
—● Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	95		
—● Ativos Intangíveis (nota 8)	97		

—● Estado e Outros Entes Públicos (nota 18)	107	—● Trabalhos para a Própria Empresa (nota 40)	119
—● Outras Contas a Receber (nota 19)	107	—● Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 41)	119
—● Diferimentos (nota 20)	108	—● Fornecimentos e Serviços Externos (nota 42)	120
—● Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 21)	110	—● Gastos com Pessoal (nota 43)	120
—● Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 22)	110	—● Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 44)	121
—● Capital Realizado (nota 23)	112	—● Outros Rendimentos e Ganhos (nota 45)	121
—● Ações (Quotas) Próprias (nota 24)	112	—● Outros Gastos e Perdas (nota 46)	122
—● Outros Instrumentos de Capital Próprio (nota 25)	112	—● Aumentos/Reduções Justo Valor (nota 47)	122
—● Reservas Legais (nota 26)	112	—● Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 48)	122
—● Outras Reservas (nota 27)	112	—● Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis (nota 49)	123
—● Resultados Transitados (nota 28)	113	—● Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 50)	123
—● Ajustamentos em Ativos Financeiros (nota 29)	113	—● Juros e Gastos Similares Suportados (nota 51)	123
—● Outras Variações no Capital Próprio (nota 30)	113	—● Interesses Minoritários (nota 52)	124
—● Provisões (nota 31)	114	—● Passivos Contingentes (nota 53)	124
—● Financiamentos Obtidos (nota 32)	115	—● Garantias e Avals (nota 54)	124
—● Outras Contas a Pagar (nota 33)	116	—● Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 56)	124
—● Fornecedores (nota 34)	117	—● Acontecimentos Após a Data do Balanço (nota 57)	124
—● Adiantamentos de Clientes (nota 35)	117		
—● Passivos Financeiros Detidos para Negociação (nota 36)	117	11. Documentos Anexos	126
—● Vendas e Serviços Prestados (nota 37)	118		
—● Subsídios à Exploração (nota 38)	118		
—● Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 39)	119		



Sumário do Ano

Indicadores Operacionais do Grupo	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Procura				
Passageiros (10 ³)	112.024	109.785	2.239	2%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	3.624.903	3.518.813	106.090	3%
Toneladas (10 ³)	9.857	9.235	622	7%
Toneladas Quilómetro (10 ⁶)	2.312	2.114	198	9%
Oferta				
Cks pax (10 ³)	28.834	28.843	-9	0%
Cks merc. (10 ³)	5.749	5.503	246	4%
Recursos Humanos				
Efetivo Final	4.252	4.352	-100	-2%
CP	2.684	2.718	-34	-1%
CP - CP Carga	537	552	-15	-3%
CP - EMEF	979	1.030	-51	-5%
CP - Fernave	28	28	0	0%
CP - Ecosaúde	23	23	0	0%
CP - Saros	1	1	0	0%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	235	234	1	0%
Locomotivas	90	89	1	1%
Carruagens	101	98	3	3%
Vagões	2.597	2.704	-107	-4%

Indicadores Financeiros do Grupo (Valores em 10 ³ €)	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional	-176.731	-20.914	-155.817	-745%
Indemnizações Compensatórias	0	17.790	-17.790	-100%
Resultado Líquido	-278.657	-161.345	-117.312	-73%
EBITDA (1)	7.514	36.627	-29.113	-79%
Balanço				
Ativo	725.606	974.490	-248.884	-26%
Capital Próprio	-3.162.144	-3.569.003	406.859	11%
Passivo	3.887.750	4.543.493	-655.743	-14%
Financiamentos Obtidos	3.525.424	4.188.980	-663.556	-16%

(1) Não inclui rescisões, provisões, imparidades e justo valor.

Nota: considerando que os termos do acordo de venda de referência, assinado em 21 de setembro de 2015, condicionam significativamente o exercício de influência dominante e controlo, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei n.º158/2009, a CP Carga não será incluída na consolidação pelo método de consolidação integral.

Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector e detém participações minoritárias casuísticas. O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31-12-2015:



Durante o ano de 2015 não se registaram alterações às participações da CP. No entanto, em 21 de Setembro de 2015 foi assinado o acordo de venda direta de referência da CP Carga à MSC Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A., tendo-se concretizado a assinatura final no dia 20 de janeiro de 2016.

O Grupo desenvolve as seguintes atividades:

● CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

● CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

A CP Carga é uma operadora de transporte de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

● EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.,

A EMEF, constituída em 1992, tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária. Realiza o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção.

● SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

—● **SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.**

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

—● **FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.**

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

—● **Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

A ECOSAÚDE presta cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

—● **TIP, A.C.E.**

A TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

—● **OTLIS, A.C.E.**

A OTLIS é responsável pelo desenvolvimento do projeto de telebilhética na área da Grande Lisboa em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

A CP detém ainda algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

● Relações Intragrupo

Prestador	Serviço	Receptor					
		CP	CP Carga	EMEF	Fernave	EcoSaúde	SAROS
CP	Aluguer Material Circulante		<input checked="" type="checkbox"/>				
	Aluguer Edifícios Oficiais			<input checked="" type="checkbox"/>			
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Refacturação (Reparação de Material Circulante, Limpeza de Instalações, Vigilância, Electricidade e Combustível Tracção e Utilities)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			
CP Carga	Comboio Socorro	<input checked="" type="checkbox"/>					
EMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>				
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

Enquadramento do Ano

Contexto

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

Apesar de a 31 de dezembro de 2015 a CP deter a totalidade das ações da CP Carga, considera-se que os termos do acordo de venda de referência, assinado em 21 de setembro de 2015, condicionam significativamente o exercício de influência dominante e controlo, pelo que, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei n.º158/2009, a CP Carga não será incluída na consolidação pelo método de consolidação integral.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

Enquadramento Macroeconómico

Os dados macroeconómicos disponíveis referentes a 2015 indicam que a economia portuguesa continuou num processo de recuperação global, tendo registado nos três primeiros trimestres de 2015 um crescimento do PIB de 1,5% face ao período homólogo de 2014¹, traduzindo uma retoma da atividade económica, um aumento da procura interna e um crescimento das exportações.

Neste período assistiu-se ainda a uma recuperação das despesas de consumo das famílias, devido à queda da taxa de desemprego e ao efeito da redução do serviço da dívida das famílias com as taxas de juro estabilizadas em níveis baixos. Assistiu-se, também a uma melhoria das condições de financiamento das famílias.

No que concerne às exportações, é de realçar que no período janeiro-outubro de 2015 as exportações de bens cresceram 4% face ao período homólogo e as exportações de “viagens e turismo” atingiram um valor de 10 mil milhões de euros, 10,2% acima do valor registado no mesmo período de 2014.²

Em 2015 verificou-se uma taxa de inflação homóloga em Portugal (IHPC) de 0,5%, traduzindo um aumento de 0,7 p.p. face ao valor verificado no ano transacto.³

A evolução do mercado de trabalho nos três primeiros trimestres de 2015, quando comparada com o período homólogo de 2014, caracteriza-se por uma redução da taxa de desemprego em 1,2 p.p., situando-se nos 11,9%.

Atividade Consolidada do Ano

—● CP

Sumário Executivo

Em 2015, a CP atingiu um valor record de proveitos de tráfego, ultrapassando os 220 milhões de euros, mais 6 milhões de euros que no ano anterior.

Transportou 112 milhões de passageiros, em todos os seus serviços a nível nacional, num crescimento de 2% face a 2014 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de cerca de 2,2 milhões de passageiros transportados.

Para estes resultados contribuiu decisivamente, para além da ligeira melhoria da atividade económica e do clima de diálogo e concertação social, a aposta feita pela Empresa numa forte dinâmica comercial, no combate à fraude, na articulação da oferta potenciando o seu efeito de rede e na implementação de novas soluções operacionais e de mobilidade, procurando sempre a criação de vantagens para os seus clientes.

Não obstante a ausência de atribuição de Indemnizações Compensatórias (em 2014 haviam sido atribuídos à CP 17,9 milhões de euros, o que representara por sua vez cerca de metade do valor atribuído em 2013) e de aumentos tarifários, o EBITDA recorrente manteve-se positivo em 3,8 milhões de euros, apresentando no entanto uma redução face a 2014 da ordem dos 11 milhões de euros.

A CP encerrou o exercício de 2015 com um Resultado Líquido de -278 milhões de euros. Este resultado surge agravado face ao ano anterior devido à assunção contabilística dos reflexos futuros do acordo de venda direta de referência da CP Carga e pelo reconhecimento de responsabilidades passadas

decorrentes da consideração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias.

Operação

A atividade da CP durante o ano norteou-se pela proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2015 (PAO 2015) aprovado pelas Tutelas Sectorial e Financeira. Das acções realizadas destacam-se as seguintes:

Oferta / Operação

- Ajustamento do horário da Linha de Cascais, tendo por base as efetivas necessidades de serviço dos clientes e o material disponível para a operação.
- Reforço nas horas de ponta dos lugares oferecidos no serviço Urbano do Porto, de modo a melhorar níveis de conforto.
- Incremento de duas novas ligações Intercidades a Braga (uma por sentido), por extensão de duas ligações já existentes Lisboa-Porto.
- Novo horário para as Linhas de Sintra/Cintura, Sul e Algarve, que potencia o efeito de rede promovendo o enlace / integração da oferta dos vários serviços.
- Realização, desde 25 de setembro, por um período experimental de seis meses, de 4 comboios de serviço Regional, 2 em cada sentido, às sextas-feiras e domingos, entre Portalegre e Entroncamento, na Linha do Leste.

- Conclusão da instalação de Wi-Fi e de tomadas para carregamento de equipamentos eletrónicos nos ICs da Linha do Norte. Concluído o projeto piloto para os ICs das Linhas da Beira Alta, Alentejo e Sul.

Tarifário

- Lançamento de um novo título combinado de Assinatura CP+estacionamento, designado por “Park & Ride”, o qual está disponível por mais 12€ relativamente ao passe mensal. A primeira fase inclui os parques de estacionamento das estações de Portela de Sintra, Mira Sintra-Meleças, Monte Abraão, e Queluz-Belas.
- Implementação do bilhete turístico CP na linha do Algarve e nos serviços Urbanos do Porto.

Bilhética / Distribuição

- Lançamento de um cartão sem contacto (Cartão CP) para utilização em toda a rede da CP, compatível com os sistemas sem contacto de Lisboa (integrado na OTLIS) e Porto (integrado no TIP). Dotado de tecnologia sem contacto, permite o carregamento de várias assinaturas num só cartão, combinando diversos percursos e serviços de acordo com as necessidades do Cliente.
- Realização de ações de sensibilização aos colaboradores da Revisão e de sensibilização e informação aos Clientes para a obrigatoriedade de validação dos títulos mensais nos Serviços Urbanos de Lisboa. Procedeu-se ainda à adaptação dos sistemas e relocalização dos validadores de bilhetes.

- Venda no *site* da CP de Bilhetes para Comboios Regionais como complemento de viagem Alfa ou IC, tendo como objetivo potenciar o efeito de rede.

Inovação

- Disponibilização *online*, através das aplicações Google Maps e Google Earth, das filmagens realizadas nas linhas do Douro, Norte, Oeste, Sintra e Cascais, resultado da parceria formada pela CP, a IP e a Google.
- Disponibilização da possibilidade de compra de bilhetes através do sistema de pagamento PayPal na bilheteira *online* da CP.

Processos Internos

- Realização periódica de brigadas de fiscalização nos comboios e nos controlos de acessos nas estações. Procedeu-se igualmente à instalação de câmaras de vídeo nas estações de Cascais e Oeiras associadas ao sistema de controlo de acessos.
- Realização de ações de comunicação interna no âmbito do Sistema de Gestão de Segurança com o objetivo de promover o envolvimento de todos os colaboradores da empresa na segurança da circulação.

Comunicação

- Lançamento da “Destinos Magazine” – a revista de bordo do comboio Alfa Pendular.
- CP presente no Instagram através da conta cp_comboiosdeportugal.

Intervenção Social

- Train to Paris - a CP e a IP organizaram uma viagem a bordo do “Comboio para Paris”, que integrou a iniciativa “*Train to Paris*” da UIC - União Internacional dos Caminhos de Ferro. Esta iniciativa inseriu-se no âmbito da Conferência Mundial do Clima (COP21) que decorreu em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro. Este evento ficou marcado pela assinatura simbólica de um compromisso de atuação em defesa da sustentabilidade ambiental, o *Railway Climate Responsibility Pledge*.
- Ensaios de rampas no material circulante, realizados em parceria com representantes das Associações signatárias do Conselho Consultivo para as Pessoas com Necessidades Especiais (CCPNE), tendo em vista melhorar o acesso de cadeiras de rodas aos diversos tipos de material.

Gestão dos Meios

Efetivo

A empresa terminou o ano de 2015 com 2684 trabalhadores a cargo, ou seja, menos 34 trabalhadores que no final do ano anterior, 7 dos quais por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

Tanto a taxa de absentismo como de trabalho extraordinário aumentaram em 2015, respetivamente para 6,59% e 11,01%. O acréscimo do absentismo deveu-se a um ligeiro aumento da ausência por doença e por acidentes de trabalho. Quanto ao aumento do trabalho suplementar justifica-se pela necessidade de rejuvenescimento de algumas categorias profissionais, pela necessidade de manutenção dos serviços existentes e pelo acréscimo de serviços especiais.

A CP manteve a sua aposta na valorização dos seus trabalhadores através da formação contínua, intensificando a aplicação de novas metodologias, como o *e-learning*, e investindo na atualização e aquisição de novas competências colocando-as ao serviço do Cliente, garantindo em simultâneo a Segurança, a Qualidade e o Ambiente, valores profundos da CP.

Em 2015, foram realizadas 302 ações de formação, que envolveram 2.876 formandos, num total de 59.443 horas de formação.

Frota

Em 2015, a CP continuou a otimizar a utilização do parque de material circulante e a promover a realização de estudos nos domínios da manutenção e reparação dos sistemas e equipamentos, tendo em conta os últimos desenvolvimentos tecnológicos. Visou sempre a promoção da segurança, eficiência e economia na utilização do material circulante. Promoveu contactos para a venda de material circulante não necessário à operação.

À data de 31 de dezembro de 2015, o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 796 unidades. Destas, 367 unidades encontravam-se afetas ao parque ativo, 334 unidades integravam o parque de material inoperacional e 95 unidades eram material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontravam-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante em serviço comercial era composto por 188 automotoras elétricas, 47 automotoras *diesel*, 25 locomotivas elétricas, 6 locomotivas *diesel* e 101 carruagens.

De salientar que no parque ativo se encontravam incorporadas 17 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2, alugadas à RENFE.

No âmbito do processo de privatização da CP Carga, transitaram para a propriedade desta 25 Locomotivas Eléctricas da série 4700, 4 Locomotivas Eléctricas da série 5600, 15 Locomotivas *Diesel* da série 1400 e 15 Locomotivas *Diesel* das séries 1900/30/60.

Na sequência de contactos estabelecidos com entidades internacionais e nacionais que têm manifestado interesse em adquirir material circulante à CP, procedeu-se à alienação de três lotes de veículos inativos e peças para sucata, 5 automotoras *diesel* da série 9500, três furgões, um locotrator e uma locomotiva a vapor da Linha do Tua.

Procura e Oferta

Em 2015 foram transportados pela CP 112 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 2% relativamente a 2014 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de cerca de 2,2 milhões de passageiros transportados.

Este crescimento da procura foi transversal a todos os serviços da CP, destacando-se o Serviço de Longo Curso com um crescimento de 5,0% que ultrapassou os 5,5 milhões de passageiros e o Serviço Urbano de Lisboa com um crescimento de 2%, ou seja, mais 1,5 milhões de passageiros.

Para estes resultados contribuiu decisivamente a dinâmica comercial implementada nos últimos anos que tem permitido aproveitar as sinergias entre os vários serviços da empresa, gerando uma procura induzida entre os Serviços Urbano, o Regional e os comboios de Longo Curso.

Passageiros (*10 ³)	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Serv. Urbano Lisboa	75.865	74.378	1.487	2,0%
Serv. Urbano Porto	20.060	19.665	395	2,0%
Serv. Longo Curso	5.508	5.245	263	5,0%
Serv. Regional	10.591	10.497	94	0,9%
TOTAL	112.024	109.785	2.239	2,0%

Nota: Face ao Relatório & Contas de 2014 reclassificaram-se os valores do serviço Porto-Vigo do serviço Regional para o Longo Curso, dado que se trata de um serviço internacional.

Em 2015, a oferta da CP, avaliada em Comboios* Quilómetro foi de 28.834 milhares de CK, valor semelhante ao registado no ano anterior.

Verificaram-se, no entanto, diversos ajustamentos à oferta, dos quais se destacam a alteração dos horários nas Linhas de Cascais, Sintra/Cintura e Algarve, a extensão de comboios intercity a Braga e a reposição, por um período experimental, do serviço na Linha do Leste.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Serv. Urbano Lisboa	6.644	6.861	-218	-3,2%
Serv. Urbano Porto	4.565	4.568	-3	-0,1%
Serv. Longo Curso	8.534	8.380	154	1,8%
Serv. Regional	9.091	9.033	58	0,6%
TOTAL	28.834	28.843	-9	0,0%

Nota: Face ao Relatório & Contas de 2014 reclassificaram-se os valores do serviço Porto-Vigo do serviço Regional para o Longo Curso, dado que se trata de um serviço internacional.

Proveitos

Os proveitos de tráfego ultrapassaram os 220 milhões de euros, representando um acréscimo superior a 6 milhões de euros face ao ano anterior (+2,9%).

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura sendo influenciados pelo maior peso relativo do Serviço de Longo Curso e, numa análise por título, dos títulos ocasionais.

Não se verificou qualquer atualização tarifária.

Proveitos Tráfego (*10 ³)	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Serv. Urbano Lisboa	75.058	73.283	1.775	2,4%
Serv. Urbano Porto	24.704	24.363	341	1,4%
Serv. Longo Curso	92.725	88.921	3.804	4,3%
Serv. Regional	28.072	27.762	310	1,1%
TOTAL (*)	220.558	214.329	6.229	2,9%

(*) Em 2014 não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

Nota: Face ao Relatório & Contas de 2014 reclassificaram-se os valores do serviço Porto-Vigo do serviço Regional para o Longo Curso, dado que se trata de um serviço internacional.

Investimentos

A CP realizou em 2015 um total de 8 milhões de euros em investimentos, 79% dos quais destinados a material circulante e 15% a instalações fixas.

Considerando as restrições financeiras, as decisões de investimento foram, tal como nos últimos anos, avaliadas na perspectiva de assegurar as intervenções indispensáveis para garantir a segurança e operacionalidade do material e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projectos que já estivessem em curso.

No material circulante, o investimento mais relevante continuou a ser em “Grandes Reparações R2+R3”, com um valor de 5,6 milhões de euros.

Durante o mês de Novembro, foi assinado o contrato referente à Intervenção de Meia Vida dos CPA, com pagamento de um adiantamento de 20% no valor de 3,5 milhões de euros (no início do ano havia ocorrido a devolução do adiantamento realizado em 2014 de igual montante).

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em m€)	PERÍODOS		Variação 2015/2014	
	REAL 31-12-2015	REAL 31-12-2014	Valor	%
Vendas e serviços prestados	241.783	239.759	2.024	1%
Subsídios à exploração		17.905	-17.905	-100%
Outros rendimentos e ganhos	31.792	46.291	-14.500	-31%
	273.575	303.955	-30.380	-10%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5.985	-7.716	1.730	22%
Fornecimentos e serviços externos	-164.078	-169.939	5.861	3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo dos variáveis)	-96.334	-100.921	4.587	5%
Outros gastos e perdas	-3.395	-10.611	7.216	68%
	-269.792	-289.185	19.394	7%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	3.783	14.770	-10.987	-74%
Outros rendimentos e ganhos (CP Carga)	40.285		40.285	s/s
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-58.882	-65.063	6.181	10%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1.158	-4.707	5.865	125%
Indemnizações por rescisão	-2.423	-2.421	-1	0%
Acordo de variáveis	-27.246		-27.246	s/s
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	-9.685	1.226	-10.912	-890%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-255	-117	-138	-117%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-31.254	1.604	-32.858	-2048%
Provisões (aumentos/reduções)	297	15.387	-15.090	-98%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-93.385	10.614	-103.999	-980%
Resultado operacional	-177.608	-28.709	-148.900	-519%
Aumento/Reduções de Justo Valor	2.412	65.456	-63.044	-96%
Juros e rendimentos similares obtidos	4.437	5.188	-751	-14%
Juros e gastos similares suportados	-107.445	-204.017	96.572	47%
Resultado financeiro	-100.597	-133.374	32.776	25%
Resultado antes de impostos	-278.205	-162.082	-116.123	-72%
Imposto sobre o rendimento do período	-221	2.213	-2.434	
Resultado líquido do período	-278.426	-159.869	-118.557	-74%

* Antes de indemnizações por rescisão, acordo variáveis, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos

A CP encerrou o exercício de 2015 com um Resultado Líquido de -278,4 milhões de euros, o que representa um agravamento de 118,6 milhões de euros face ao ano anterior (-159,9 milhões de euros).

Este agravamento resulta fundamentalmente do acordo de venda direta de referência da CP Carga, celebrado em 21 de setembro de 2015, com um impacto líquido nos resultados da empresa em 2015

de -85 milhões de euros, da ausência de subsídios à exploração, que representou menos 17,9 milhões de euros de rendimentos face ao ano anterior, e do facto de em 2014 se terem registado rendimentos e ganhos extraordinários, no valor de 14,7 milhões de euros, em virtude da alienação à REFER dos Terminais de Mercadorias e da aceitação por aquela empresa de fatura referente à alienação de edifício da CP.

O Resultado Financeiro registou uma melhoria de 32,8 milhões de euros, em virtude da redução da dívida financeira da empresa e da descida generalizada das taxas de juro de financiamento. Esta variação foi, no entanto, compensada pela diminuição do impacto favorável das variações de justo valor dos derivados, em resultado da redução dos derivados detidos pela empresa. De referir ainda a assunção de gastos com pessoal adicionais, no valor de 27,2 milhões de euros, referentes a anos anteriores, decorrentes do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, circunstância que não se verificou no período homólogo.

O EBITDA recorrente (Resultado Operacional da atividade de Transporte de Passageiros) manteve-se positivo em 3,8 milhões de euros. Face a 2014 este indicador registou uma diminuição de cerca de 11 milhões de euros, justificada nomeadamente pela já referida ausência de subsídios à exploração (-17,9 milhões de euros), ainda que parcialmente compensada pelo aumento da prestação de serviços, em especial, pela evolução favorável dos réditos do tráfego de passageiros em 6,6 milhões de euros.

Os gastos com pessoal (sem indemnizações e acordo de variáveis) diminuíram 4,6 milhões de euros face a 2014. No entanto, em 2014, registara-se um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho em 11,1 milhões de euros. Assim, retirando o efeito deste ajustamento realizado em 2014, verificar-se-ia um aumento dos gastos com pessoal de 6,5 milhões de euros.

Este aumento decorre de, a partir de 1 de janeiro de 2015, ao abrigo do artigo 4º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, ter sido revertida em 20% a redução remuneratória temporária até aqui verificada, do impacto nas remunerações do ano de 2015 do já referido acordo celebrado com as ORT relativo à integração dos abonos variáveis e do acréscimo do trabalho extraordinário.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram uma redução de aproximadamente 5,9 milhões de euros, fundamentalmente devido à diminuição dos gastos com a taxa de utilização de infraestrutura, em virtude da redução das tarifas deste serviço, e ao esforço generalizado de contenção de custos.

Ainda com impacto no EBITDA, de referir a diminuição dos outros gastos e perdas em 7,2 milhões de euros em resultado da redução dos abates de material circulante e da diminuição dos gastos relacionados com o reconhecimento de dívidas incobráveis registados em 2015.

Ao nível das restantes rubricas não relacionadas com a atividade de transporte, destaca-se o aumento das perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos em aproximadamente 10,9 milhões de euros, em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados negativos da CP Carga, e a diminuição do valor das

depreciações, em 6,2 milhões de euros, com origem essencialmente no equipamento básico (material circulante), devido à diminuição do investimento realizado, à transferência de material para a CP Carga e ao abate ou término do período de depreciação dos bens.

Referência ainda para as variações registadas em termos de imparidades de investimentos. As imparidades de investimentos não depreciables/amortizáveis aumentaram em 104 milhões de euros. Este aumento resultou fundamentalmente do reconhecimento de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos (financiamentos) e ajustamento do valor da participação financeira da CP na CP Carga, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga. Ainda em 2014, foi efetuada uma reclassificação de ativos não correntes detidos para venda para ativos correntes (em resultado da reafectação de material circulante à exploração) e abates de material que levaram à redução das imparidades associadas a estes ativos em 10,6 milhões de euros. Em 2015, reforçou-se o valor da imparidade do material circulante classificado em ativos não correntes detidos para venda de forma que o valor líquido dos bens descontado do valor residual de sucata e subsídios de investimento seja zero. Foi igualmente ajustado o valor dos edifícios classificados como ativos não correntes detidos para venda, em função das últimas avaliações realizadas.

As imparidades de investimentos depreciáveis diminuíram em 5,9 milhões de euros, na sequência de reversão de imparidades constituídas para material circulante acidentado em função do custo previsto de reparação e da reclassificação de material circulante de ativo não corrente detido para venda para ativo fixo tangível, em resultado da sua reafectação à exploração.

De ressaltar, por último, o aumento das imparidades de dívidas a receber em 32,9 milhões de euros, devido fundamentalmente ao reconhecimento de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga.

—● EMEF

Sumário Executivo

O ano de 2015 ficou marcado pelo processo de reprivatização da empresa que, no entanto, não logrou sucesso. Este desenlace esteve associado a dificuldades no desenrolar do processo e não à avaliação do valor intrínseco da empresa, que de resto se viu confirmado e reforçado pelas diversas manifestações de interesse dos potenciais investidores.

Vários foram os sinais positivos registados no exercício de 2015, tais como o profissionalismo da preparação e apresentação do projeto de grande reparação R1 dos CPA 4000, a adjudicação à EMEF da Revisão Geral da frota Eurotram da Metro do Porto, ou a celebração de contratos plurianuais com a IP, CP Carga e ADP para manutenção de equipamento.

Igualmente positivos foram os resultados financeiros deste exercício, que permitem concluir que a EMEF prossegue o seu caminho para uma capacidade financeira cada vez mais sustentável.

No ano de 2015 ocorreu um aumento considerável na Prestação de Serviços pela EMEF. O aumento de 6% no volume de negócios foi conseguido ao mesmo tempo que se registou uma redução de 6% no efetivo médio total. No entanto, os gastos operacionais variáveis (consumos faturáveis e subcontratos) tiveram um aumento de 35%. Relativamente à produtividade do trabalho na Empresa, esta teve uma redução pouco significativa (-0,8% face ao ano anterior), quando medida pelo indicador VAB *per capita*.

Operação

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- a reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- o serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de emergência envolvendo o material circulante;
- as operações de socorro em linha, sempre que necessário;
- a realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- a realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

Reparação e Modernização

Esta atividade continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança - RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI), outras reparações por causas imprevistas, acidentais ou vandalismos sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

O plano de reparações acordado com os Clientes para 2015 foi genericamente cumprido exceto quanto aos trabalhos de reparação de meia vida dos CPA 4000, cujo contrato só foi assinado no mês de novembro.

No que concerne à área de reparação de rodados, e para além dos trabalhos de reparação de rodados para material CP e CP Carga, destacam-se as seguintes intervenções:

- Rodados e transmissões para a SERFER (empresa de transportes Peruana);
- Torneamento de rodados para a Mota Engile GMF;
- Rodados para a Fertagus;
- Rodados de locomotivas 4700 e 5600 para o SIMEF.

Quanto à área de reparação de bogies, para além dos trabalhos de reparação de bogies para material CP e CP Carga destacam-se intervenções realizadas para a Fertagus.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2015, rendimentos de 27.770 milhares de euros, o que correspondeu a 47,5% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 2% relativamente a 2014.

Manutenção

O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, CP Carga, Metro do Porto e RENFE. Em paralelo, continuou a ser prestado o serviço de manutenção sazonal aos comboios históricos, produto do cliente CP.

No seu conjunto, o segmento manutenção corrente permitiu à Empresa realizar, em 2015, rendimentos de 30.639 milhares de euros, o que correspondeu a 52,5% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 11% relativamente a 2014.

Reabilitação

Nesta vertente são de destacar as seguintes iniciativas em curso:

- Recuperação integral da locomotiva a vapor 0186, que pressupõe, entre outros trabalhos, a reconstrução da caldeira com reconversão da queima de carvão para "fuel", serviço que contou com a colaboração de especialistas na área de projeto e fabricação de caldeira, e que foi acompanhado por técnicos da EMEF;

- Reengenharia do processo de reparação de motores de tração da frota em serviço na linha de Cascais, na perspetiva de redução significativa do número de avarias e conseqüente aumento de disponibilidade.

Engenharia, inovação e desenvolvimento

Em termos de otimização de processos, destacam-se os seguintes:

- Melhoria do processo da revisão de especificações técnicas que suportam a aquisição de materiais, garantindo-se a sua adequação técnica às necessidades e explicitação, sempre que possível, de características técnicas que permitam uma consulta mais alargada de fornecedores e obtenção de melhores condições de aquisição;
- Desenvolvimento de planos de qualidade das séries de material, identificando e definindo melhorias nos planos de manutenção visando melhorar o comportamento técnico e disponibilidade para o cliente, tendo ainda subjacente a rentabilização do dispositivo de manutenção alocado e contenção ou redução de custos de operação;
- Desenvolvimento de sistema/ modelo informático aplicado à gestão de rotáveis de modo a que seja possível identificar em tempo oportuno a localização e estado das diferentes peças de parque;
- Internalização de reparação de componentes eletrónicos do sistema de informação aos passageiros com aproveitamento de conhecimento técnico residente e de mão de obra especializada;
- Implementação de ensaios de magnetoscopia na avaliação técnica, pesquisa e controlo de eventuais fendas em bogies em detrimento de outros ensaios não destrutivos anteriormente usados permitindo um controlo mais fidedigno e redução significativa de horas de mão-de-obra e de materiais;
- Desenvolvimento de uma análise técnica continuada para avaliar a possibilidade de alargamento da periodicidade de substituição de óleo e filtros;
- Tendo por base o acompanhamento efetuado diariamente aos comboios, e da aplicação da metodologia de manutenção sob condição, alargou-se o período de substituição dos calços de freio, o que se traduz em poupança de mão-de-obra e redução de custos de aquisição de materiais;
- Desenvolvimento de estudo técnico para substituição de equipamentos de origem por novo tipo com incorporação de produção nacional, permitindo assim uma redução significativa de custos relativamente à aquisição de modelo original;
- Desenvolvimento de projeto conceção/execução para substituição do sistema de leitura/difusão de vídeo dos comboios CPA com substituição de leitor de DVD por Media Player;
- Internalização da reparação de alguns equipamentos rotáveis que se verificou serem passíveis de intervenção por utilização da mão-de-obra qualificada EMEF;

- Estudo de conceção/execução de banco de ensaios de injetores bomba de combustível para motores Cummins permitindo desta forma garantir a adequada regulação após reparação e redução de tempos de ensaio das automotoras com conseqüente redução de consumo de combustível e impacto ambiental;
- Reorganização do processo de reparação de equipamentos de ar condicionado de comboio, com criação de banco de ensaios para deteção de fugas e ensaio completo dos equipamentos em oficina reduzindo tempos de ensaio nas unidades e correspondente consumo energético e ainda necessidades de manuseamento para correção de regulações com risco de fugas de fluido de refrigeração (impacto ambiental).

No âmbito da internacionalização

A EMEF manteve as relações industriais e comerciais com diversos mercados. Das propostas apresentados salientam-se, pela sua dimensão e valor, as referentes à reparação de motores *Diesel* para a Irish Rail e a reparação de rotáveis para a TMB-Transportes Metropolitanos de Barcelona.

Apesar de não ter sido ganha qualquer das propostas apresentadas, considera-se que a participação da EMEF contribuiu para reforçar o conhecimento da empresa, o que constituirá elemento fundamental para ajustamento do seu posicionamento competitivo.

Gestão dos Meios

Efetivo

No final do exercício de 2015 (31 de Dezembro), a EMEF contava com 979 colaboradores ao serviço, uma redução de 5% face ao final de 2014 (1030).

O absentismo situou-se nos 8,81%, tendo descido 0,05% relativamente a 2014. A principal causa de absentismo continuou a ser “doença”, tendo descido 4% relativamente ao ano anterior.

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais a EMEF manteve a orientação para a formação interna (86% das horas de formação). Nas ações de formação participaram 1.156 formandos, tendo sido ministradas 13.490 horas de formação.

Rendimentos

O Volume de Negócios da EMEF registou em 2015 um crescimento de cerca de 6% face a 2014.

Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, a CP, a CP Carga e o Metro do Porto continuam a ser os clientes mais importantes da empresa. Os três em conjunto representam 91,1% das vendas e prestações de serviço da empresa.

Cliente	Valor em € 2015	Valor em € 2014	%
CP	36.870.983	38.336.600	70%
CP Carga	11.846.208	7.429.338	14%
BOMBARDIER/PROMETRO/METRO DO PORTO	4.604.579	4.107.178	7%
EMEF / SIEMENS ACE	3.144.506	2.893.997	5%
RENFE	952.324	1.068.989	2%
MOTA_ENGIL	145.361	11.529	0%
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	656.202	715.878	1%
Outros	342.067	430.068	1%
Total	58.562.230	54.993.577	

Em 2015, o segmento de manutenção teve um peso ligeiramente superior ao de reparação e houve uma evolução favorável de ambos os segmentos de atividade face ao ano de 2014.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Reparação*	27.770.135	27.212.795	557.340	2%
Manutenção*	30.639.052	27.660.608	2.978.444	11%
TOTAL	58.409.187	54.873.403	3.535.784	6%

* Vendas + SP + VIP

Investimentos

Prosseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo no período de 2015 a cerca de 399 mil euros.

Resultados

O resultado líquido da EMEF registou um aumento de 469 milhares de euros relativamente ao ano 2014, em virtude nomeadamente da diminuição dos juros e encargos suportados.

O Resultado Operacional apresentou uma ligeira redução, com uma variação de -35 milhares de euros relativamente ao ano transato. Tal justifica-se pelo incremento dos rendimentos operacionais da empresa ter sido acompanhado proporcionalmente pelo aumento dos gastos operacionais. O aumento dos rendimentos é justificado principalmente por um maior volume de intervenções de manutenção.

No ano de 2015, registou-se um aumento nos gastos operacionais da empresa, no valor de 3,4 milhões de euros. Os aumentos mais significativos verificaram-se nas rubricas de:

- Custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas (no valor de 2,5 milhões de euros);
- Subcontratos (no valor de 2,6 milhões de euros);
- Outros Gastos (no valor de 1,2 milhões de euros).

Estes aumentos foram, em parte, compensados pelo decréscimo dos gastos totais com o pessoal no valor de 2,8 milhões de euros, resultado de várias rescisões por mútuo acordo decorridas desde o ano transato.

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos

deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência e dos *spreads* cobrados pelos financiadores e a uma redução do endividamento, em particular no tocante à utilização de *plafonds* de contas correntes.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2015	31-12-2014	Valor	%
Vendas e serviços prestados	58.562.230	54.993.577	3.568.653	6%
Subsídios à exploração	6.649	52.329	-45.680	-87%
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	453.565	357.737	95.828	27%
Variação nos inventários de produção	-153.043	-120.173	-32.870	-27%
Trabalhos para a própria entidade	1.140	2.637	-1.497	-57%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-16.396.296	-13.895.729	-2.500.567	-18%
Fornecimentos e serviços externos	-13.718.177	-11.137.705	-2.580.472	-23%
Gastos com o pessoal	-25.314.167	-28.136.555	2.822.388	10%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-418.132	-83.395	-334.737	-401%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7.225	11.100	-18.325	-165%
Provisões (aumentos/reduções)	184.733	11.446	173.287	1514%
Outros rendimentos e ganhos	1209.395	1815.900	-606.505	-33%
Outros gastos e perdas	-1087.628	-385.843	-701.785	-182%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.323.044	3.485.325	-162.281	-5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-114.171	-124.127	127.100	10%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.208.873	2.244.053	-35.180	-2%
Juros e gastos similares suportados	-707.923	-1244.552	536.629	43%
Resultado antes de impostos	1.500.951	999.502	501.449	50%
Imposto sobre o rendimento do período	-122.900	-90.017	-32.883	-37%
Resultado líquido do período	1.378.050	909.485	468.565	52%

—● Fernave

Sumário Executivo

Em 2015 o Resultado Operacional da Fernave registou uma melhoria em cerca de 21%, situando-se nos 394,9 milhares de euros negativos. De igual modo, apesar de negativo, o Resultado Líquido registou uma recuperação de cerca de 28%. Esta variação deveu-se fundamentalmente ao impacto positivo do valor das mais valias obtidas pela alienação dos edifícios de Lisboa e Porto e à diminuição dos serviços e fornecimentos externos em cerca de 23% e ao impacto negativo de valor registado em imparidade de investimentos (participada Transcom), devido à desvalorização do metical face ao euro.

Ao longo do ano, a Fernave procurou, no desenvolvimento da sua atividade, criar sinergias através da mobilização das suas equipas e respetiva matriz de competências, a fim de encontrar as melhores soluções para os seus Clientes.

A taxa de sucesso alcançada foi boa, correspondendo à realização de projetos nas várias áreas de intervenção (formação, recrutamento e psicologia e consultoria), para um leque variado de empresas e Clientes individuais, a atuarem em território nacional e no exterior, no mercado do sector dos transportes e na sua envolvente.

Operação

Formação

A Fernave, na área da formação, à semelhança do ano anterior, continuou em 2015, a sua aposta na conceção de produtos / serviços inovadores e de maior valor acrescentado para o mercado, procurando contribuir

para o negócio da Empresa, de forma articulada com as restantes áreas de actuação.

Ao longo do exercício realizaram-se 369 ações de formação, frequentadas por 3.463 formandos, num total de 9.512 horas de formação, às quais correspondeu um volume de formação de 85.179 horas. Comparativamente ao ano anterior verifica-se um decréscimo na actividade (medida em horas de formação) na ordem dos 16%.

A CP representou 51,4% de horas ministradas, menos 18,7% que em 2014.

No que diz respeito às áreas de formação as áreas técnicas, nomeadamente ferroviárias da tração e da gestão de operações ferroviárias e instalações fixas, são as que continuam a ter maior expressão, a par com a área rodoviária.

Em termos globais, os proveitos gerados pela Unidade de Formação ascenderam a 713,3 milhares de euros, cerca de 83 % do volume de receitas da empresa, registando-se um decréscimo de 21 % face ao exercício anterior.

Avaliação Psicológica

A atividade da unidade de avaliação psicológica (UAP) manteve-se nos mesmos níveis de 2014. Foram efetuados 794 exames psicológicos, 18 % para o accionista, sendo que o maior incremento se registou ao nível de outros clientes.

O ano de 2015 foi marcado pela conclusão do estudo para a avaliação dos impactos dos riscos psicossociais nos Operadores de Revisão e Venda (ORV's) dos serviços urbanos de Lisboa e Porto e da linha do Algarve (cliente CP).

Tal como nos anos anteriores, a UAP continuou a realizar exames de selecção e de controlo periódico para Pilotos e Condutores em Via Interditada a pedido das empresas de empreitada ao nível ferroviário.

Consultoria

A atividade de consultoria repartiu-se durante o ano de 2015 entre projetos para Clientes no exterior e projetos internos (de apoio à atividade e funcionamento da empresa).

Neste contexto, estiveram ativos oito projetos de consultoria externa, o que representa uma diminuição de cerca de 33 % face ao ano anterior.

A nível interno, para além do apoio prestado, nomeadamente no âmbito dos Programa de Especialização levado a cabo pela Unidade de Formação, deu-se continuidade à conceção e organização do processo de Sistema de Garantia de Qualidade que a Fernave prevê que esteja concluído durante o ano de 2016.

Gestão dos Meios

Efetivo

A empresa reduziu em 50% o seu efectivo desde 2010, ano em que contava com 58 colaboradores. No final do exercício de 2015 (31 de Dezembro), a Fernave contava com 28 colaboradores ao serviço.

Dos 28 colaboradores pertencentes aos quadros da Empresa, 7 estão em regime de cedência, sendo 6 efetivos pertencentes à CP e 1 à IP.

A taxa de absentismo aproximou-se do zero, bem como o volume de trabalho suplementar.

No exercício de 2015, não houve registos de sinistralidade.

Recursos materiais e tecnológicos

A Empresa, no âmbito da sua intervenção *core* - atividade formativa, cumpre um conjunto de requisitos ao nível de materiais e equipamentos pedagógicos. De igual forma, a atividade de recrutamento e psicologia recorre a equipamento e *software* específico.

Proveitos

Em termos globais o valor das prestações de serviços diminuiu cerca de 21 %. Este decréscimo verificou-se em todas as áreas de negócio, sendo mais expressivo na unidade da consultoria.

Proveitos	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Formação	713.325	884.325	-171.000	-19%
Psicologia	43.441	50.580	-7.139	-14%
Consultadoria	107.245	162.267	-55.022	-34%
Outros Serviços	600	988	-388	-39%
TOTAL	864.610	1.098.160	-233.550	-21%

Resultados

O EBITDA, apesar de continuar negativo em cerca de 306 milhares de euros, apresenta uma melhoria de 22 % face a 2014.

O rácio de cobertura das principais rubricas de gastos operacionais (FSE + Gastos com Pessoal) pelo volume de negócios situou-se nos 60 %, representando um ligeiro decréscimo face a 2014 (69 %).

Continua a constatar-se uma diminuição no valor dos Fornecimentos e Serviços contratados a Terceiros, tendência que se tem vindo a revelar nos últimos anos. Em 2015 este decréscimo foi cerca de 23%.

A rubrica de Gastos com Pessoal sofreu um ligeiro acréscimo (0,4%) devido à devolução de parte dos cortes remuneratórios impostos desde 2011.

Os financiamentos do acionista no final do ano ascendiam a 2,6 milhões de euros. O custo médio do financiamento no ano foi inferior a 2014 (6%) e situou-se em 3%. Tal situação deve-se à evolução das taxas de juros o que permitiu uma poupança na rubrica de encargos financeiros de 76 milhares de euros (menos 46%)

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos inclui um valor de 292 milhares de euros relativo ao registo da mais-valia decorrente da alienação dos terrenos e edifícios da Rua Castilho nº 3 e Rua Faria Guimarães.

Na rubrica Outros Gastos e Perdas verificou-se uma variação geral pouco significativa, com a contabilização de uma regularização relacionada com o valor de retenção no pagamento efetuada por uma entidade estrangeira, que a empresa entendeu assumir em gasto do período, a ser compensada pela ausência de correções referentes a exercícios anteriores.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2015	31-12-2014	Valor	%
Vendas e serviços prestados	864.610	1098.160	-233.550	-21%
Fornecimentos e serviços externos	-499.790	-647.115	147.325	23%
Gastos com o pessoal	-948.819	-945.341	-3.478	0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-15.252	2.694	-17.946	-666%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	19.820	107.170	-87.350	-82%
Outros rendimentos e ganhos	299.355	18.467	280.888	1521%
Outros gastos e perdas	-26.438	-28.694	2.256	8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-306.514	-394.659	88.145	22%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-88.415	-105.399	16.984	16%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-394.929	-500.058	105.129	21%
Juros e rendimentos similares obtidos	2.218	1.335	883	66%
Juros e gastos similares suportados	-87.576	-164.331	76.755	47%
Resultado antes de impostos	-480.287	-663.054	182.767	28%
Imposto sobre o rendimento do período	-3.434	-11.681	8.247	71%
Resultado líquido do período	-483.721	-674.735	191.014	28%

—● Ecosaúde

Sumário Executivo

No ano de 2015 a ECOSAÚDE concretizou um dos seus objetivos estratégicos que consistia em alcançar o lucro no exercício, o que reforçou a autonomia da empresa.

Esta nova circunstância foi precedida de um processo de reestruturação empresarial iniciado no ano 2009. Foi através deste que a empresa racionalizou paulatinamente a sua estrutura de gastos operacionais, reduziu os efetivos e ao mesmo tempo otimizou a eficácia operacional.

Em paralelo a este processo de reestruturação foram igualmente renovadas as instalações dos dois principais polos regionais da empresa: Lisboa e Porto, o que permitiu aumentar a qualidade dos serviços prestados.

Salienta-se ainda que no ano de 2015 a empresa registou novamente um crescimento do volume de negócios, com +2% que no ano anterior. O crescimento do nível de atividade foi superior e ascendeu a +11%, o que se explica pelo valor médio do novo negócio ser inferior ao valor médio da base de clientes instalada.

Operação

A ECOSAÚDE desenvolve a sua atividade em diversas áreas do conhecimento, que no seu conjunto e de forma integrada contribuem para melhoria das condições de trabalho, o bem-estar e, por consequência destas, o aumento da produtividade das empresas no médio e longo prazo.

Medicina no Trabalho

Através da vigilância e acompanhamento dos Médicos Especialistas de Medicina do Trabalho, Enfermeiros de Trabalho e outros Técnicos de Saúde, a Ecosaúde implementa ações de prevenção de riscos para a saúde do trabalhador e ações de mitigação da doença profissional.

No ano de 2015, foram realizados 13.289 atos médicos (+15% que no período homólogo).

Segurança no Trabalho

As atividades de auditoria de segurança no trabalho e consultadoria de segurança permitem aos Clientes melhorar as condições de trabalho e a prevenção de acidentes e incidentes de trabalho, mitigando as nefastas consequências humanas e patrimoniais destas ocorrências.

No ano de 2015 realizaram-se 1.310 intervenções nesta valência, sendo o nível de atividade ligeiramente inferior ao registado no período homólogo.

Prevenção e Controlo de Dependências

Tendo como principais objetivos a inibição da influência negativa do consumo de álcool e drogas no ambiente de trabalho, assim como apoiar a assistência a trabalhadores afetados pelos consumos excessivos destas substâncias, realizaram-se 13.650 intervenções de controlo durante o ano de 2015 (+10% que ano 2014).

Gestão de Sinistros

No âmbito da Gestão de Sinistros, foram prestados 1.076 atos médicos de acompanhamento e tratamento de acidentes de trabalho e de passageiros, menos 47 do que no ano anterior.

A empresa tem também em regime de prevenção e disponibilidade permanente, no âmbito dos Planos de Emergência Ferroviária da CP, um Gabinete de Emergência, dotado de um conjunto de profissionais de saúde e segurança que prestam serviços de auxílio e informação aos passageiros. Durante o ano de 2015 este Gabinete não foi formalmente ativado.

Especialidades Médicas

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, a empresa apoia as organizações e os seus colaboradores através da prestação de serviços de saúde em diversas especialidades médicas, criando condições para a prevenção, deteção e tratamento de cada situação.

No ano de 2015 foram realizadas 4.066 consultas de especialidade e 105 tratamentos de enfermagem.

Formação

A atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde tem o objetivo de estimular a cultura de segurança e saúde, assim como o desenvolver as condições de trabalho. Neste sentido, a Ecosaúde presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra formação intraempresa, à medida das necessidades específicas de cada organização.

No ano de 2015 foram realizadas 57 ações de formação, com um volume de formação de 5.905 horas.

Gestão de Operações

A Gestão de Operações consolidou o desenvolvimento de novos modelos de serviço ao cliente, consubstanciado na prestação da atividade fora das instalações da empresa e na oferta de serviços integrados.

Ao nível da otimização dos processos realça-se a consolidação e o desenvolvimento do novo Sistema de Informação de Suporte à Atividade que permitiu aos clientes, entre outras novas funcionalidades, a consulta da informação da atividade num portal de internet.

Resumo da Atividade

Indicadores de atividade	2015	2014	Δ 2015/14	Δ 2015/14 em %
Medicina do trabalho (atos médicos)	13.289	11.602	1.687	15%
Segurança no trabalho (intervenção de condições de trabalho)	1.310	1.335	-25	-2%
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	13.650	12.410	1.240	10%
Especialidades médicas e de enfermagem	4.171	4.410	-239	-5%
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	1.076	1.123	-47	-4%
Formação - Volume de horas de formação	5.905	6.883	-978	-14%
Formação - N.º de ações formação	57	74	-17	-23%
Formação - N.º de formandos	635	758	-123	-16%

Indicadores de atividade	VN 2015	VN 2014	Δ 2015/14	Δ 2015/14 em %
Medicina do trabalho	1.026.628 €	961.021 €	65.607	7%
Higiene e segurança no trabalho	511.224 €	512.662 €	-1.438	0%
Prevenção e controlo	148.896 €	137.814 €	11.082	8%
Medicina Curativa	260.759 €	272.233 €	-11.474	-4%
Medicina de acidentes	143.296 €	161.392 €	-18.096	-11%
Formação	32.564 €	36.623 €	-4.059	-11%

Gestão dos Meios

Efetivo

A empresa dispõe de 23 colaboradores do quadro (22 contratados sem termo e 1 a termo certo) e 59 prestadores de serviços altamente qualificados.

Resultados

No ano de 2015 a Ecosaúde registou uma melhoria considerável dos seus indicadores de situação económica, tendo registado um aumento do Volume de Prestação de Serviços de +2%, um EBITDA de 106 milhares de euros, um Resultado Operacional de 28 milhares de euros e um Resultado Líquido de 4 milhares de euros (-126 milhares de euros no ano anterior).

Ao nível do controlo de execução do orçamento 2015, em geral, as rubricas foram executadas dentro do planeado. As rubricas de gastos que excederam o planeado explicam-se com o aumento do nível de atividade, que também gerou mais rendimento.

Durante o ano de 2015, à semelhança do que já se tinha verificado no ano de 2014, a empresa foi autónoma, autossuficiente e não necessitou de apoio de terceiros.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2015	31-12-2014	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2.123.367	2.081.745	41.622	2%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1.264.496	-1.214.315	-50.181	-4%
Gastos com o pessoal	-714.534	-816.265	101.731	12%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-9.631	-3.380	-6.251	-185%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	
Outros Rendimentos e Ganhos	840	3.842	-3.002	-78%
Outros Gastos e Perdas	-29.563	-72.057	42.494	59%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	105.983	-20.430	126.413	619%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-77.711	-70.432	-7.279	-10%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	28.272	-90.862	119.134	131%
Juros e Gastos Similares Suportados	-16.461	-27.555	11.094	40%
Resultado Antes de Impostos	11.811	-118.417	130.228	110%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-7.738	-7.651	-87	-1%
Resultado Líquido do Período	4.073	-126.068	130.141	103%

—● SAROS

Sumário Executivo

A SAROS em 2015 registou um Resultado Líquido positivo de 414,2 milhares de euros. Este resultado foi superior em 53,5% face ao ano anterior, justificado essencialmente pelo acréscimo na rubrica de “Vendas/Serviços Prestados” (variação de 33,7% face a 2014) e na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos”, a qual contemplou 40,2 milhares de euros relativos a comissões de anos anteriores, embora se tenha verificado um ligeiro acréscimo no que se refere aos Gastos Operacionais.

Operação

A empresa desenvolve exclusivamente a atividade de mediação de seguros, a qual constitui o seu objeto social, cujo exercício é regulado pelo Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho.

A Carteira de seguros da SAROS é composta quase na sua totalidade por empresas do Grupo CP, a qual gera rendimentos (comissões) que são pagas pelas Seguradoras à SAROS.

Para cada um dos ramos de seguros, a SAROS tem negociada uma comissão, a qual se encontra suportada por um Contrato de Mediação, celebrado com cada uma das Seguradoras.

No desempenho da sua atividade, a empresa presta assessoria, apoio e aconselhamento às empresas, para a obtenção das melhores combinações entre coberturas dos riscos da atividade e os prémios a pagar.

Gestão dos Meios

Efetivo

A SAROS desenvolveu a sua atividade com o funcionamento corrente assegurado apenas pela Gerência. Atendendo à especificidade da atividade desenvolvida pela SAROS (mediação de seguros), é legalmente obrigatório que um dos Gerentes seja mediador de seguros, pelo que, a Gerência é constituída por dois Gerentes: um membro do Conselho de Administração da CP; e, por um outro membro, o qual é responsável pela atividade da mediação de seguros, encontrando-se habilitado como mediador de seguros, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Proveitos

Em 2015, a empresa atingiu 449,1 milhares de euros relativos a Serviços prestados (comissões de mediação de seguros), valor que se revelou superior ao verificado no ano de 2014 (335,9 milhares de euros).

Os diferenciais mais expressivos em termos de comissões obtidas por Ramo de Seguros foram os seguintes:

- Ramo “Saúde” – a SAROS, em 2014, apenas começou a auferir comissões deste ramo a partir de 1 de outubro (que corresponde à data de renovação das apólices), enquanto em 2015, auferiu comissões no decorrer de todo o ano. Importa também referir que o Grupo CP efetuou um novo concurso público para efeito de contratação do seguro de saúde, a partir de 1 de outubro de 2015, do qual resultou o aumento dos prémios de seguro (com impacto positivo nas comissões auferidas), apesar da percentagem de comissionamento da SAROS ter sofrido uma ligeira redução (redução na ordem dos 8,6%).

- Ramo “Responsabilidades” – a diferença prende-se essencialmente com o facto de uma empresa do Grupo ter efetuado, em 2015, uma revisão substancial da sua carteira de seguros, a qual incluiu a ampliação das coberturas contratadas, o aumento dos capitais seguros, e a contratação de uma apólice nova de Responsabilidade Ambiental. No caso particular das apólices de Responsabilidade Civil Produtos e Responsabilidade Civil Exploração, verificou-se um acréscimo bastante expressivo dos prémios de seguros, o que teve um impacto favorável nas comissões auferidas pela SAROS.

Os Ramos de Saúde, Acidentes de Trabalho e Responsabilidades, conjuntamente, representaram 93% das comissões obtidas em 2015.

No que se refere às comissões obtidas por Seguradora, as Seguradoras Fidelidade e Mapfre representaram conjuntamente 99% das comissões auferidas pela SAROS.

Resultados

Os Resultados Líquidos apurados em 2015 totalizaram 414,2 milhares de euros, valor que se revelou superior em 53,5% face ao ano anterior. Este acréscimo foi motivado pelas razões mencionadas anteriormente.

Ramos	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Saúde	189	100	89	89%
Acidentes Trabalho	153	160	-7	-5%
Responsabilidades	75	47	28	61%
Multiriscos empresas	21	19	2	10%
Acidentes Pessoais	6	1	5	450%
Outros	5	9	-4	-44%
TOTAL	449	336	113	

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2015	31-12-2014	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	449.075	335.868	113.207	34%
Fornecimentos e Serviços Externos	-9.452	-7.051	-2.401	-34%
Custos com o pessoal	-48.679	-48.103	-576	-1%
Outros Rendimentos e Ganhos	40.217	1.257	38.960	3099%
Outros Gastos e Perdas	-10.798	-8.785	-2.013	-23%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	420.363	273.186	147.177	54%
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	0	0	0	0%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	420.363	273.186	147.177	54%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	162	747	-585	-78%
Resultado Antes de Impostos	420.525	273.933	146.592	54%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-6.314	-4.105	-2.209	-54%
Resultado Líquido do Período	414.211	269.828	144.383	54%

Análise Económico-Financeira

Resultados do Grupo CP

Evolução face ao ano anterior

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2015.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2015/2014	
	REAL 31-12-2015	REAL 31-12-2014	Valor	%
Vendas e serviços prestados	264.545	292.837	-28.291	-10%
Subsídios à exploração	7	17.980	-17.973	-100%
Variação nos inventários da produção	-122	-120	-1	-1%
Trabalhos para a própria entidade	7.310	9.688	-2.378	-25%
Outros rendimentos e ganhos	28.627	60.502	-31.876	-53%
	300.367	380.887	-80.520	-21%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-22.381	-24.301	1.920	8%
Fornecimentos e serviços externos	-145.124	-164.896	19.772	12%
Gastos com o pessoal (s/ indemnizações e acordo dos variáveis)	-121.030	-143.600	22.569	16%
Outros gastos e perdas	-4.317	-11.464	7.146	62%
	-292.853	-344.260	51.407	15%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	7.514	36.627	-29.112	-79%
Outros rendimentos e ganhos (CP Carga)	40.285		40.285	s/s
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-60.163	-70.866	10.703	15%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1.158	-4.707	5.865	125%
Indemnizações por rescisão	-2.678	-5.136	2.458	48%
Acordo de variáveis	-27.246		-27.246	s/s
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	-11.168	400	-11.569	-2889%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-673	-201	-473	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-31.286	1.458	-32.744	-2246%
Provisões (aumentos/reduções)	893	10.790	-9.897	-92%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-93.365	10.721	-104.086	-971%
Resultado operacional	-176.731	-20.914	-155.817	-745%
Aumento/Reduções de Justo Valor	2.412	65.456	-63.044	-96%
Juros e rendimentos similares obtidos	3.652	59	3.593	6112%
Juros e gastos similares suportados	-107.629	-207.505	99.875	48%
Resultado financeiro	-101.566	-141.990	40.425	28%
Resultado antes de impostos	-278.296	-162.904	-115.392	-71%
Imposto sobre o rendimento do período	-361	1.559	-1.920	-123%
Resultado líquido do período	-278.657	-161.345	-117.312	-73%

RESULTADO OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (EBITDA)	7.514	36.627	-29.112	-79%
Indemnizações por rescisão	-2.678	-5.136	2.458	48%
Acordo de variáveis	-27.246		-27.246	s/s
Aplicação MEP, justo valor, imparidade e provisões e OUTROS (CP Carga)	-92.904	88.624	-181.528	-205%
Depreciações	-59.005	-75.573	16.568	22%
RESULTADO OPERACIONAL	-174.319	44.542	-218.861	-491%
RESULTADO FINANCEIRO	-103.977	-207.446	103.469	50%
RESULTADO LÍQUIDO	-278.657	-161.345	-117.312	-73%

* Antes de indemnizações por rescisão, acordo variáveis, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos

O Grupo CP encerrou o exercício de 2015 com um Resultado Líquido de -278,7 milhões de euros, 117,3 milhões de euros abaixo do registado em igual período do ano anterior.

Este agravamento resulta fundamentalmente do acordo de venda direta de referência da CP Carga, celebrado em 21 de setembro de 2015, com um impacto líquido nas contas do Grupo em 2015 de -85 milhões de euros, da ausência de subsídios à exploração, que representou menos 18 milhões de euros de rendimentos face ao ano anterior, e do facto de em 2014 se terem registado rendimentos e ganhos extraordinários, no valor de 37,2 milhões de euros, em virtude da alienação à REFER dos Terminais de Mercadorias e da aceitação por aquela empresa de fatura referente à alienação de edifício da CP.

O resultado financeiro apresentou uma melhoria de 40,4 milhões de euros em virtude da redução da dívida financeira do Grupo CP e da descida generalizada das taxas de juro de financiamento. Apesar desta melhoria, houve uma diminuição do impacto favorável das variações de justo valor dos derivados em 63 milhões de euros, em resultado da redução dos derivados detidos pelo Grupo.

De referir ainda, a assunção de gastos com pessoal adicionais, no valor de 27,2 milhões de euros, referentes a anos anteriores, decorrentes do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, circunstância que não se verificou no período homólogo.

O EBITDA do Grupo foi positivo em 7,5 milhões de euros. Face a 2014 este indicador registou uma

diminuição de cerca de 29,1 milhões de euros, justificada essencialmente pelos motivos invocados, designadamente a ausência de subsídios à exploração e os rendimentos e ganhos extraordinários registados em 2014.

Apesar da evolução favorável dos réditos do tráfego de passageiros, as vendas e serviços prestados pelo Grupo diminuíram 28,3 milhões de euros, em resultado da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral, pelo que os réditos das vendas desta empresa deixaram de ser considerados para efeitos de apuramento do total das vendas e serviços prestados pelo Grupo. De referir que, em 2014 o valor dos réditos de transporte de mercadorias prestados pelo Grupo CP atingiram os 63,5 milhões de euros.

Os gastos com pessoal (sem indemnizações e acordo de variáveis) diminuíram 22,6 milhões de euros, sendo que, deste montante, 17,4 milhões de euros resultam da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral. De referir ainda que, em 2014, se registara um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho em 11,1 milhões de euros, necessário para que o Grupo CP tivesse a possibilidade de vir a beneficiar, no futuro, de crédito tributário decorrente da aplicação da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. Assim, retirando o efeito deste ajustamento realizado em 2014 e da exclusão da CP Carga, verificar-se-ia um aumento dos gastos com pessoal de 5,9 milhões de euros.

Este aumento decorre de, a partir de 1 de janeiro de 2015, ao abrigo do artigo 4º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, ter sido revertida em 20% a redução remuneratória temporária até aqui verificada. Acresce a este facto o aumento de encargos para o Grupo CP, em resultado do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores

relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, circunstância que não se verificou no período homólogo.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram uma redução de aproximadamente 19,8 milhões de euros, fundamentalmente devido à exclusão da CP Carga do método de consolidação integral, sendo que, em 2014, a CP Carga contribuiu com cerca de 15,2 milhões para os gastos com fornecimentos e serviços externos do Grupo. De registar que a restante redução resultou fundamentalmente da diminuição dos gastos com a taxa de utilização de infraestrutura, em virtude da redução das tarifas deste serviço, e ao esforço generalizado de contenção de custos.

Ainda com impacto no EBITDA, de referir a diminuição dos outros gastos e perdas em 7,1 milhões de euros em resultado da redução dos abates de material circulante e da diminuição dos gastos relacionados com o reconhecimento de dívidas incobráveis registados em 2015.

Ao nível das restantes rubricas com impacto no Resultado Operacional do Grupo, destaca-se o aumento das perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos em aproximadamente 11,6 milhões de euros, em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados negativos da CP Carga, e a diminuição do valor das depreciações, em 10,7 milhões de euros, na sequência da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral (em 2014, a CP Carga contribuiu com cerca de 4,4 milhões de euros para os gastos de depreciações do Grupo), da diminuição do investimento realizado, da transferência de material para a CP Carga e do abate ou término do período de depreciação dos bens.

Referência ainda para as variações registadas em termos de imparidades de investimentos. As imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis aumentaram em 104,1 milhões de euros. Este aumento resultou fundamentalmente do reconhecimento de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos (financiamentos) e ajustamento do valor da participação financeira da CP na CP Carga, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga. De referir ainda que, em 2014, foi efetuada uma reclassificação de ativos não correntes detidos para venda para ativos correntes (em resultado da reafecção de material circulante à exploração) e abates de material que levaram à redução das imparidades associadas a estes ativos em 10,6 milhões de euros. Em 2015, reforçou-se o valor da imparidade do material circulante classificado em ativos não correntes detidos para venda de forma que o valor líquido dos bens descontado do valor residual de sucata e subsídios de investimento seja zero. Foi igualmente ajustado o valor dos edifícios classificados como ativos não correntes detidos para venda, em função das últimas avaliações realizadas.

As imparidades de investimentos depreciáveis diminuíram em 5,9 milhões de euros, na sequência de reversão de imparidades constituídas para material circulante acidentado em função do custo previsto de reparação e da reclassificação de material circulante de ativo não corrente detido para venda para ativo fixo tangível, em resultado da sua reafecção à exploração.

De ressaltar, por último, o aumento das imparidades de dívidas a receber em 32,7

milhões de euros, devido fundamentalmente ao reconhecimento de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga e a diminuição dos gastos com provisões em 9,9 milhões de euros em virtude da diminuição das novas responsabilidades com terceiros face ao ano anterior, nomeadamente em resultado da conclusão de parte dos processos laborais provisionados em anos anteriores.

Balanço

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação 2015/2014	
	31-12-2015	31-12-2014	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	618.151	821.756	-203.605	-25%
Ativo Corrente	107.455	152.734	-45.279	-30%
Total do Ativo	725.606	974.490	-248.884	-26%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	-3.162.144	-3.569.003	406.859	11%
Resultado Líquido do período	-278.657	-161.345	-117.312	-73%
Total do Capital Próprio	-3.162.144	-3.569.003	406.859	11%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	3.065.444	3.584.446	-519.002	-14%
Passivo Corrente	822.306	959.047	-136.741	-14%
Total do Passivo	3.887.750	4.543.493	-655.743	-14%
Total do Capital Próprio + Passivo	725.606	974.490	-248.884	-26%

Ativo

Em 2015 o ativo do Grupo CP diminuiu 248,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 203,8 milhões de euros, em resultado da transferência de material circulante para a CP Carga, da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral (sendo que em 2014 a CP Carga contribuía com cerca de 60,9 milhões de euros para os ativos

fixos tangíveis do Grupo) e das depreciações não terem sido compensadas pela realização de novo investimento;

- Diminuição dos diferimentos em 22,2 milhões de euros em resultado fundamentalmente da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral (sendo que em 2014 a CP Carga contribuía com cerca de 15,4 milhões de euros para os diferimentos do Grupo) e da transferência para a rubrica de financiamentos do valor de 7,1 milhões, relativos a juros, pela aplicação do modelo do custo amortizado na valorização dos empréstimos obrigacionistas detidos pelo Grupo CP;
- Diminuição dos ativos não correntes detidos para venda em 3,8 milhões de euros, decorrente da reclassificação para ativo corrente de edifício que fazia parte do ativo não corrente detido para venda, dado não se perspetivar a sua venda num curto espaço de tempo, e do aumento das imparidades associadas a estes ativos, tendo por base avaliações recentemente efetuadas e o tempo decorrido desde a classificação dos ativos nesta categoria de bens;
- Diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários em 17,1 milhões em resultado da utilização dos fundos disponíveis para assegurar o pagamento a fornecedores e outros credores.

Capital Próprio

Nos meses de março, junho e setembro de 2015, na sequência de Despachos Conjuntos da Ministra das Finanças e do Ministro da Economia, foram aprovados aumentos do capital estatutário na CP, a subscrever pelo Estado em numerário: o primeiro, no valor de 84,683 milhões de euros, foi integralmente realizado

entre março e abril de 2015; o segundo, no valor de 535,5 milhões de euros, foi integralmente realizado entre junho e julho de 2015, e o terceiro, no valor de 63,3 milhões de euros, foi realizado entre setembro e novembro de 2015. A rubrica de Capital realizado do Grupo CP apresenta assim, em termos acumulados, em 2015, um aumento de 683,483 milhões de euros, a que corresponde o valor do capital realizado pelo Estado no decorrer do período.

Passivo

O total do passivo do Grupo CP registou em 2015 uma diminuição de 655,7 milhões de euros, no período em análise, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos financiamentos obtidos em 663,6 milhões de euros, sendo que destes 612,3 milhões de euros resultaram da atribuição de dotações de capital pelo Estado para assegurar o serviço de dívida histórico e o restante resultou fundamentalmente da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral;
- Diminuição das provisões constituídas em 5,5 milhões de euros em resultado da conclusão de parte dos processos judiciais em curso;
- Diminuição do saldo relativo a Estado e outros entes públicos, em 4,7 milhões de euros, em resultado fundamentalmente do pagamento antecipado das contribuições para a segurança social e das retenções de imposto sobre o rendimento;
- Aumento dos saldos de fornecedores e outras contas a pagar em 50 milhões de euros, contribuindo para esta situação fundamentalmente o acréscimo de gastos incluídos em outros credores,

nomeadamente os relacionados com juros a liquidar e as responsabilidades de pagamento decorrentes do acordo de variáveis celebrado com as Organizações representativas dos trabalhadores;

- Diminuição dos diferimentos em 31,1 milhões de euros em resultado da diminuição dos diferimentos relacionados com subsídios ao investimento decorrentes da transferência de material circulante com subsídios ao investimento atribuídos para a CP Carga;
- Diminuição da variação favorável do valor dos *swaps* potencialmente desfavoráveis em 2,4 milhões de euros.

—● Financiamento

Com a integração da CP no perímetro de consolidação do orçamento de Estado, as necessidades de financiamento da CP passaram a ser supridas por apoio do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclassificadas.

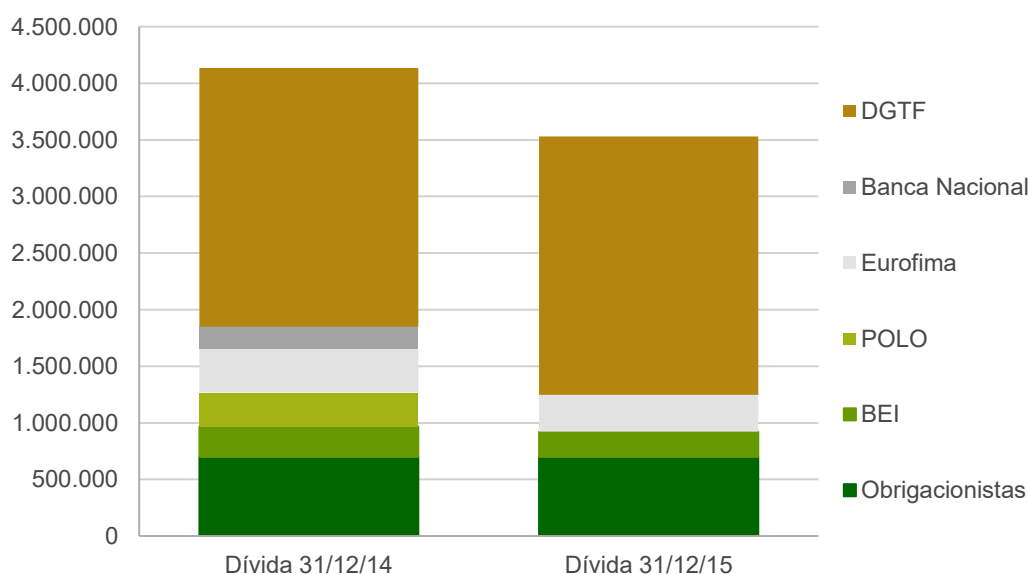
Neste contexto, a partir de março de 2015, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e sectorial, aumentar em 683,483 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, conforme detalhe:

- março/abril - 84.683.000 euros;
- junho/julho- 535.500.000 euros;
- setembro/outubro/novembro - 63.300.000 euros

Estas dotações de capital, totalmente realizadas no ano, permitiram fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica da CP (amortizações e encargos financeiros) bem como investimento.

Como consequência destas medidas, a dívida remunerada do Grupo CP teve um decréscimo de cerca de 663,6 milhões de euros, sendo que destes, aproximadamente 49 milhões de euros resultaram da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral e os restantes resultaram da atribuição de dotações de capital pelo Estado para assegurar o serviço de dívida histórico, conduzindo a um valor de 3,5 mil milhões de euros a 31.12.2015, detalhado no mapa seguinte, de acordo com as fontes de financiamento:

No que respeita à dívida amortizada durante o ano, destacam-se amortizações no valor de cerca de 604,8 milhões de euros (nomeadamente Polo III – CP Finance Limited no montante de 300 milhões de euros, BNP Paribas de 200 milhões de euros, BEI no montante de 45,9 milhões de euros e Eurofima no valor de 58,9 milhões de euros).



Perspetivas para 2016

As perspetivas para a economia Portuguesa em 2015-2019 apontam para a continuidade da recuperação moderada da economia e do emprego.

O cenário macroeconómico indica a entrada num ciclo mais favorável, prevendo-se uma aceleração gradual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do horizonte de projecção, assente em contributos positivos da procura interna e das exportações líquidas, no relançamento do investimento e na melhoria sustentada das condições no mercado de trabalho.

A nível do grupo, perspectiva-se que a manutenção da paz social que se tem vivido nestes últimos anos, obtida através de um diálogo construtivo e continuado com as organizações dos trabalhadores, permitirá manter os níveis de oferta de transporte adequados às necessidades de mobilidade.

No caso da CP, prevê-se para 2016 o rejuvenescimento do quadro de efetivos, através de recrutamento externo, compensando as saídas da empresa que ocorrerão na sequência da recuperação da quota de acesso ao subsídio de desemprego.

Iniciar-se-á um plano de renovação do material circulante, assente na compatibilização do rigor financeiro em vigor nos últimos anos com o planeamento de uma cuidadosa mas indispensável expansão da oferta dos serviços da Empresa.

Essa expansão e esses planos adquirem uma função estratégica a partir de uma dupla constatação. Por um lado o papel que o constante aumento da procura tem desempenhado na preservação da sustentabilidade da empresa. Por outro, a extrema dificuldade, para responder a essa crescente procura, em gerir uma pressão acrescida sobre o seu material

circulante já envelhecido no contexto dos sucessivos constrangimentos financeiros, agravados pela interrupção de compensações financeiras e pelos mecanismos de controlo orçamental.

A EMEF, não tendo sido concretizada a sua privatização, irá prosseguir o processo de consolidação da sua estrutura financeira e técnica.

Neste último aspeto, importa que seja levado a cabo o processo de reestruturação delineado, com o reajustamento do quadro de efetivos, em que se considera como fundamental o rejuvenescimento e reforço das competências do seu corpo técnico.

O processo já iniciado no Parque Oficial Centro, de reorganização da empresa numa lógica de unidades de negócio deverá ser estendido a toda a empresa, de modo a que se possa posicionar de forma mais eficaz e competitiva no mercado concorrencial.

Torna-se crítico dotar a empresa de mecanismos e instrumentos de gestão que lhe permitam por um lado o aprofundamento e alargamento das suas competências para responder aos desafios de melhoria da produtividade, mas também que disponha de uma maior capacidade e agilidade de atuação, resolvendo os constrangimentos de ordem administrativa enquanto empresa pública, permitindo-lhe uma rápida e efetiva resposta num mercado cada vez mais competitivo e garantir, por esta via, a sua sustentabilidade no futuro.

Na vertente de internacionalização da EMEF, considera-se que a estratégia continuará a passar pelo estabelecimento de parcerias que permitam aceder e responder às exigências dos novos mercados, geográficos ou setoriais, sendo que as ações principais serão centradas no mercado de reparação de rotáveis.

No caso da FERNAVE é imperioso dar continuidade ao processo de reestruturação que tem vindo a ser implementado desde 2011, nomeadamente por via da possível abertura do capital a terceiros.

Neste contexto, do interesse em entrar no capital social da Fernave manifestado por parte de algumas entidades com projeção nacional em diversas áreas de intervenção, foi já dado, não só conhecimento prévio às Tutelas, como também entregue, por parte do atual acionista CP, o processo de “Pedido de Abertura do Capital Social” às entidades competentes (4º trimestre de 2015), aguardando-se aprovação para o mesmo. Nos documentos elaborados e apresentados às Tutelas (Setorial e Financeira) o capital social da FERNAVE manter-se-á maioritariamente no setor público empresarial.

A concretização desta solução prevê, não só o saneamento financeiro da Empresa (e a conseqüente resolução da situação em que se encontra face ao artigo 35º do CSC), como também a alavancagem do negócio, em resultado da angariação de novos Clientes e novos serviços face ao potencial alargamento das áreas e mercados de intervenção.

Mantendo a sua vocação - ser um centro de excelência de gestão do conhecimento e desenvolvimento do setor dos transportes e logística (e, eventualmente a sua expansão), o alargamento da estrutura acionista enquadra-se num projeto corporativo que, ao integrar um conjunto de acionistas de diversas áreas de atuação, lhes permite concentrar numa única entidade, todas as atividades relativas ao desenvolvimento de competências das pessoas e, simultaneamente racionalizar a estrutura de custos e focalizar no seu negócio, alavancando na Fernave uma diversidade de atividades, que vão desde a formação nas mais diversas temáticas, à avaliação psicológica,

à consultoria estratégica de recursos humanos e aos sistemas de transporte, que se sustentam num conjunto de certificações e homologações (seu principal ativo).

No caso da ECOSAÚDE, tendo como objetivo atingir um nível de resultado adequado para remunerar o investimento da acionista, será fulcral consolidar o crescimento do nível de atividade e do volume de negócios, assim como manter a estrutura de custos estável e equilibrada.

A empresa terá de continuar a ultrapassar o desafio dos seus maiores Clientes estarem a diminuir a sua dimensão, logo o envolvimento com a Ecosaúde. É fundamental continuar a ganhar massa crítica noutros sectores de atividade para além do sector dos transportes, defendendo sempre a manutenção de um nível de serviço altamente qualificado e a posição da Empresa como líder neste segmento mercado de alto valor.

Paralelamente, a empresa deverá reforçar a autonomia financeira, de modo a poder diminuir progressivamente os encargos desta atividade no Grupo.

A SAROS manterá o seu posicionamento estratégico no Grupo, na qualidade de mediadora cativa de todas as apólices de seguros, pelo que estão reunidas as condições necessárias para que a empresa continue a apresentar sustentabilidade financeira.

No que se refere ao modelo de funcionamento da empresa, a expectativa é de que os recursos existentes complementados com a colaboração esporádica de um consultor de seguros (em função das eventuais necessidades que possam surgir) poderão revelar-se suficientes para que a SAROS consiga dar adequada resposta às tarefas que lhe caibam desempenhar.

7 Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

No que respeita a acontecimentos após a data de balanço, ressalva-se:

- A concretização da venda da CP Carga, que ocorreu no dia 20 de janeiro de 2016. Os impactos esperados relacionados com o processo de venda foram ainda reconhecidos no ano 2015 através da constituição de imparidades, com um impacto líquido nas contas da empresa de 85 milhões de euros;
- Assinatura de adenda ao contrato de financiamento assinado em 2014 com o Estado Português prorrogando o vencimento dos juros;
- Em 19 de outubro de 2015 foi celebrado, entre a Transdev e a EMEF, um contrato para manutenção das frotas de material circulante da Metro do Porto, cujo início estava dependente da produção de efeitos do contrato de Subconcessão do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A.. Perante a decisão tomada pelo Governo no início de 2016, de reverter o processo de subconcessão em curso, o contrato estabelecido entre a EMEF e a Transdev não produzirá quaisquer efeitos.

Declaração de Conformidade

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP-Comboios de Portugal, EPE e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CP), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CP e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Lisboa, 28 de abril de 2016

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues
Queiró

Vogal: Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa
Calado Lopes

Vogal: Dr. Nuno Serra Sanches Osório

Demonstrações Financeiras

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2015

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	586 755 584	790 532 911
Ativos intangíveis	8	29 503	93 589
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	718 981	567 834
Participações financeiras - outros métodos	11	28 092 388	28 072 568
Ativos por impostos diferidos	12	2 554 258	2 488 729
		618 150 714	821 755 631
Ativo corrente			
Inventários	15	23 147 084	23 163 479
Clientes	16	11 829 843	22 406 910
Adiantamentos a fornecedores	17	202 151	132 271
Estado e outros entes públicos	18	9 422 764	12 524 943
Outras contas a receber	19	27 792 367	16 353 400
Diferimentos	20	1 189 620	23 429 154
Ativos financeiros detidos para negociação	21	16	54
Ativos não correntes detidos para venda	22	19 561 448	23 370 359
Caixa e depósitos bancários	4	14 309 964	31 353 777
		107 455 257	152 734 347
Total do ativo		725 605 971	974 489 978
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	23	2 678 800 000	1 995 317 000
Reservas legais	26	24 703	24 703
Outras reservas	27	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	28	(5 655 108 293)	(5 495 796 519)
Ajustamentos em ativos financeiros	29	132 640	132 640
Outras variações no capital próprio	30	91 357 368	91 357 368
Resultado líquido do período		(278 657 308)	(161 345 168)
Interesses minoritários		-	-
Total do capital próprio		(3 162 144 240)	(3 569 003 326)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	31	7 351 232	12 861 416
Financiamentos obtidos	32	3 026 166 540	3 560 523 531
Outras contas a pagar	33	31 926 392	11 061 019
		3 065 444 164	3 584 445 966
Passivo corrente			
Fornecedores	34	24 387 755	47 447 420
Adiantamentos de clientes	35	2 189 470	780 308
Estado e outros entes públicos	18	3 795 317	8 541 481
Acionistas/sócios	13	124 729	-
Financiamentos obtidos	32	499 257 669	628 456 694
Outras contas a pagar	33	155 539 190	103 332 655
Diferimentos	20	135 720 001	166 785 214
Passivos financeiros detidos para negociação	36	1 291 916	3 703 566
		822 306 047	959 047 338
Total do passivo		3 887 750 211	4 543 493 304
Total do capital próprio e do passivo		725 605 971	974 489 978

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

 Contabilista Certificado - Dr.^a Ana Coelho

 Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiroz

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

 Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	37	264 545 210	292 836 618
Subsídios à exploração	38	6 649	17 980 010
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	39	(11 168 469)	400 430
Variação nos inventários da produção	15	(121 531)	(120 173)
Trabalhos para a própria entidade	40	7 310 347	9 688 390
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	41	(22 381 039)	(24 301 132)
Fornecimentos e serviços externos	42	(145 124 257)	(164 896 043)
Gastos com o pessoal	43	(150 954 758)	(148 735 606)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	15	(673 301)	(200 776)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16,19	(31 286 018)	1 457 858
Provisões (aumentos/reduções)	31	892 787	10 789 540
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	44	(93 365 403)	10 721 063
Outros rendimentos e ganhos	45	68 911 324	60 502 200
Outros gastos e perdas	46	(4 317 407)	(11 463 541)
Resultado antes de depreciações, justo valor, gastos de financiamento e impostos		(117 725 866)	54 658 838
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	48	(60 162 710)	(70 865 682)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	49	1 158 064	(4 706 977)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(176 730 512)	(20 913 821)
Aumentos/reduções de justo valor	47	2 411 650	65 455 632
Juros e rendimentos similares obtidos	50	3 651 990	58 788
Juros e gastos similares suportados	51	(107 629 336)	(207 504 825)
Resultado antes de impostos		(278 296 208)	(162 904 226)
Imposto sobre o rendimento do período	14	(361 100)	1 559 058
Resultado líquido do período		(278 657 308)	(161 345 168)

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

(valores em euros)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Reservados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período de 2014	1	1.998.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(8.269.057,40)	-	-	91.357,368	-	(235.605,470)	(5.406.713,439)
Alterações no período														
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	29 a 30													
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.640
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.640
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.640
Operações com detentores de capital no período	4 = 2+3													
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.345,168)
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.345,168)
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	225.605,470
Posição no fim do período de 2014	6 = 1+2+3+5	1.998.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(8.269.057,40)	-	-	91.357,368	-	(235.605,470)	(5.406.713,439)

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Saucedo Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

(valores em euros)

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
1	Posição no início do período de 2015	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.495.796.919)	132.640	-	91.357.268	(161.345.168)	(5.569.003.326)	
	Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Primeira adoção do novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
5	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3	Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278.657.308)	
4-2-3	Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278.657.308)	
	Realizações de capital	683.483.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	683.483.000	
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
5	Posição no fim do período de 2015	2.678.800.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.655.108.293)	132.640	-	91.357.268	(278.657.308)	(5.162.144.240)	
6 a 1-2-3-5	Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.													

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho
 Presidente - Eng. Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiro
 Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanchez Osório
 Vogal - Dr. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração consolidada de fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(valores em €)

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	282 604 497	345 189 681
Pagamentos a fornecedores	(205 445 791)	(363 535 164)
Pagamentos ao pessoal	(124 659 283)	(133 294 108)
Caixa gerada pelas operações	(47 500 577)	(151 639 591)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(353 488)	(170 810)
Outros recebimentos/pagamentos	15 566 104	34 860 495
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(32 287 961)	(116 949 906)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(1 624 421)	(1 019 970)
Ativos intangíveis	(8 104)	(8 829)
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	(310 341 405)	(157 500 000)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	582 550	45 640 332
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	333 333	269 403
Outros ativos	304 500 000	173 500 000
Subsídios ao investimento	1 575 000	1 600 081
Juros e rendimentos similares	2 593 928	16 341
Dividendos	27 718	67 836
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(2 361 401)	62 565 194
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	4432 070 433
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	683 483 000	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(605 921 555)	(4156 196 803)
Juros e gastos similares	(58 802 272)	(208 493 054)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	18 759 173	67 380 576
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(15 890 189)	12 995 864
Efeito das diferenças de câmbio	(336)	(3 924)
Caixa e seus equivalentes no início do período	30 012 007	17 020 067
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14 121 482	30 012 007

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Anexos às Demonstrações Financeiras

—● Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

O objeto principal da atividade da CP é a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é, em 2015, detido integralmente pela CP.

No sentido de dar cumprimento às orientações Governamentais constantes do Decreto-Lei n.º 69/2015, foi assinado com a Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A., em 21 de setembro de 2015, um acordo de venda de referência, com vista à reprivatização da CP Carga.

Os instrumentos jurídicos celebrados entre a CP – Comboios de Portugal, E. P. E. (CP, E. P. E.) e a Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A., nomeadamente a minuta do acordo de venda direta de referência, que se encontram arquivados na Direção -Geral do Tesouro e Finanças, foram aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-B/2015.

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2015, as seguintes atividades:

- Transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas (CP Carga, S.A.);
- Fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção (EMEF, S.A.);
- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas (Fernave, S.A.);
- Prestação de cuidados de saúde; ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas; assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; execução de ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências (Ecosaúde, S.A.);

- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);
- Garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento, no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

De referir ainda a participação de 35% da EMEF S.A na NOMAD TECH, Lda e a participação de 19,1% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela setorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

—● Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2015.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e *Standing Interpretation Committee* (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de abril de 2016, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2014.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

Valores comparativos

De referir a exclusão, em 2015, da CP Carga do método de consolidação integral, em virtude da assinatura de acordo de venda direta de referência, com impacto no controlo da CP Carga pela empresa mãe. Sempre que necessário à perceção das variações nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação, é introduzido nos quadros respetivos das notas do anexo uma coluna com a designação 'Ajustamentos' que evidencia estes impactos.

No seguimento da exclusão da CP Carga, e de forma a identificar o efeito comparativo no balanço e na demonstração de resultados, apresentam-se as demonstrações financeiras de 2014 com e sem o impacto da atividade de mercadorias (valores em euros).

RUBRICAS (com variação)	NOTAS	31-12-2014		
		Contas 2014 - Aprovadas (1)	Impacto da ativ. de transp. de mercadorias (2)	Contas 2014 - Ajustadas (3)=(1)-(2)
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	790 532 911	(60 935 760)	729 597 151
Ativos intangíveis	8	93 589	(84 584)	9 005
Participações financeiras - método da eq. patrimonial	10	567 834	71 272 682	71 840 516
Ativo corrente				
Inventários	15	23 163 479	(58 810)	23 104 669
Clientes	16	22 406 910	(11 502 909)	10 904 001
Estado e outros entes públicos	18	12 524 943	(2 380 718)	10 144 225
Outras contas a receber	19	16 353 400	27 745 015	44 098 415
Diferimentos	20	23 429 154	(15 387 739)	8 041 415
Caixa e depósitos bancários	4	31 353 777	(5 841 405)	25 512 372
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital próprio				
Resultados transitados	28	(5 495 796 519)	258 569	(5 495 537 950)
Resultado líquido do período		(161 345 168)	(265 985)	(161 611 153)
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	31	12 861 416	83 051 604	95 913 020
Financiamentos obtidos	32	3 560 523 531	(27 862 780)	3 532 660 751
Passivo corrente				
Fornecedores	34	47 447 420	(26 519 321)	20 928 099
Estado e outros entes públicos	18	8 541 481	(11 050 821)	7 435 660
Financiamentos obtidos	32	628 456 694	(21 190 885)	607 265 809
Outras contas a pagar	33	103 332 655	(3 539 609)	99 793 046
Total Variação Líquida de Balanço		974 489 978	2 825 772	977 315 750

RENDIMENTOS E GASTOS (com variação)	NOTAS	31-12-2014		
		Contas 2014 - Aprovadas (1)	Impacto da ativ. de transp. de mercadorias (2)	Contas 2014 - Ajustadas (3)=(1)-(2)
Vendas e serviços prestados	37	292 836 618	(35 096 489)	257 740 129
Subsídios à exploração	38	17 980 010	(23 029)	17 956 981
Trabalhos para a própria entidade	40	9 688 390	(1 133 021)	8 555 369
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	41	(24 301 132)	2 689 893	(21 611 239)
Fornecimentos e serviços externos	42	(164 896 043)	15 178 732	(149 717 311)
Gastos com o pessoal	43	(148 735 606)	17 439 519	(131 296 087)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16,19	1 457 858	156 791	1 614 649
Provisões (aumentos/reduções)	31	10 789 540	5 340 893	16 130 433
Outros rendimentos e ganhos	45	60 502 200	(17 382 290)	43 119 910
Outros gastos e perdas	46	(11 463 541)	455 065	(11 008 476)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	48	(70 865 682)	4 385 088	(66 480 594)
Juros e rendimentos similares obtidos	50	58 788	4 154 846	4 213 634
Juros e gastos similares suportados	51	(207 504 825)	3 027 683	(204 477 142)
Imposto sobre o rendimento do período	14	1 559 058	540 334	2 099 392
Variação Resultado líquido do período		(161 345 168)	(265 985)	(161 611 153)

—● Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

Consolidação

—● Introdução

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do Grupo realizaram com terceiros.

—● O Grupo e a Empresa

Considerações Gerais

Ao longo do ano 2015 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade como a manutenção de equipamentos ferroviários, a formação técnica e o transporte ferroviário de mercadorias, procurando criar sinergias positivas à sua atividade.

Em todas estas empresas subsidiárias, a CP detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de julho de 2009 (Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho,

alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março) uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Serve quatro segmentos de procura importantes, com distintas motivações de viagem:

- Serviço Suburbano – liga as periferias ao centro das maiores cidades portuguesas, sendo vocacionado para o transporte diário de grandes massas de passageiros, cuja principal motivação de viagem se centra em “casa/trabalho” ou “casa/escola”;
- Serviço Regional - serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios;
- Longo Curso – serviço para média/longa distância, liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer. É o segmento que usufrui de menor tempo de trajeto e maior conforto;
- Internacional – devido à posição periférica do país, apenas liga diretamente a Espanha ou à fronteira de Espanha com França. É um segmento em transformação com vista a torná-lo mais competitivo face a outros meios de transporte.

Empresas participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2015 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Participação CP – 100%

Capital Social –5.000.000 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, nos termos do artigo 33.º do decreto-lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, em 31 de julho de 2009, ao abrigo do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, em cumprimento das Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

Em 21 de setembro de 2015, foi assinado com a Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A. um acordo de venda de referência, com vista à reprivatização da CP Carga. A operação de venda foi concretizada em 20 de janeiro de 2016.

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Social - 8.100.000 euros

A EMEF, SA foi constituída em 1992 e tem por objeto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficinais para manutenção. Esta

empresa reveste-se, assim, da maior importância para o mercado nacional.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação CP - 100%

Capital Social - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Social - 50.000 euros

Constituída em 1992, tem por objeto:

- A formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos setores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- A elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- A prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas;
- O ensino de natureza superior e a investigação

científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, diretamente ou por instituições participadas ou associadas.

ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Social - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995 que tem como objeto social a prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos e diagnósticos, tendo alargado a sua atividade a estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicod dependência, alcoolismo e tabagismo, execução de ações de controlo de droga e álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

Entidades conjuntamente controladas

SIMEF, A.C.E.

Participação EMEF – 51%

Capital – não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

TIP, A.C.E – Transportes Intermodais do Porto

Participação CP – 33,33%

Capital Social - 30.000 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 2002 que tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

OTLIS, A.C.E. – Operadores de Transportes da Região de Lisboa

Participação CP - 14,29%

Capital – 392.832,02 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, com o objetivo de garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de

acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto.

Associadas

TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave – 19,1%

Capital Social – 32.900.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário e a investigação científica, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a educação e formação técnica de futuros e atuais quadros médios particularmente nos âmbitos tecnológicos, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a formação e o desenvolvimento técnico-profissional de pessoal inserido, especialmente, em organizações de transportes, comunicações e informática; a consultoria e auditoria em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

NOMAD TECH, Lda

Participação via EMEF -35%

Capital Social – 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

Outras participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

Metro do Porto, S.A.

Participação CP - 3,33%

Capital Social - 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

Participação CP - 10%

Capital Social - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.

Participação CP - 2,5%

Capital Social - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

APOR - Agência para a Modernização do Porto, S.A.

Participação CP - 0,47%

Capital Social - 1.064.825 euros

Foi constituída em 1997 e tem por objeto a modernização de base económica do Porto incluindo a qualificação urbana através do desenvolvimento de ações destinadas a contribuir para a introdução de fatores de correção do tecido social, económico e cultural da cidade.

ICF - Intercontainer - Interfrigo, S.A. (Belga)

Participação CP - 2,09%

Capital Social - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

EUROFIMA - Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)

Participação CP - 2%

Capital Social - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC - Bureau Central de Clearing (Belga)

Participação CP - 1,54%

Capital Social - 110.250 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

—● Método de Consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos

idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

● **Perímetro de consolidação**



Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
EMEF, S.A.	Entroncamento	CP, E.P.E.	100,00%
SAROS, LDA	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%

Apesar de a 31 de dezembro de 2015 a CP deter totalidade das ações da CP Carga, considera-se que os termos do acordo de venda de referência, assinado em 21 de setembro de 2015, condicionam significativamente o exercício de influência dominante e controlo, pelo que, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei n.º158/2009, a CP Carga não será incluída na consolidação pelo método de consolidação integral.

Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
CP CARGA, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
TIP, A.C.E.	Porto	CP, E.P.E.	33,33%
SIMEF, A.C.E.	Entroncamento	EMEF, S.A.	51,00%
OTLIS, A.C.E.	Lisboa	CP, E.P.E.	14,2857%
TRANSCOM, SARL	Moçambique	FERNAVE, S.A.	22,00%
NOMAD TECH, LDA	Porto	EMEF, S.A.	35,00%

Outras participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

—● Eliminações não efetuadas por serem materialmente irrelevantes

No âmbito do processo de consolidação, foi assumida a inexistência de margens na generalidade das transações entre empresas do Grupo, tendo em consideração os resultados anuais das empresas.

Políticas contabilísticas relevantes

—● Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como

ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa. Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização

dos exercícios.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante afeto ao transporte de passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluem a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em

ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e

- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e eléctricas:	
– Componente Principal	17 a 35
– Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e eléctricas:	
– Componente Principal	14 a 30
– Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
– Componente Principal	15 a 30
– Componente Secundária	2 a 12
Vagões	3 a 35
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos

efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de material circulante afeto ao transporte de passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar

em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Reconhecimento de imparidade nos restantes ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

—● Locações

As empresas do Grupo classificam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida para os ativos fixos tangíveis.

—● Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este

calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

—● Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidade externa (IMF – Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39. No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo,

não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação, sendo as respetivas variações no justo valor registadas em resultados no período em que ocorrem.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da IAS 39, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

A 31 de dezembro de 2015 o Grupo CP não classifica nenhum dos seus instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

—● Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“*trade date*”), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- i. Análise de incumprimento;
- ii. Incumprimento há mais de 6 meses;
- iii. Dificuldades financeiras do devedor;
- iv. Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente dos ativos/passivos financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam

ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de

capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

—● Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

O valor dos inventários é reduzido (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 - Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos

ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e trabalhos em curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produtos acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

—● Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

—● Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos

no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

—● **Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação**

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes

detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

—● **Transações em moeda estrangeira**

Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

● Reconhecimento do rédito

Transporte de passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão. Neste sentido são atribuídas anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

Manutenção de material circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Restantes áreas de atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço

quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

—● **Reconhecimento de Gastos e Rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

—● **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

—● **Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados**

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

—● **Imposto sobre lucros**

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime

Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda..

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2015, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 990,9 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2015 e 2027.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e consequentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

Relativamente ainda ao imposto sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei nº61/2014 de 26 de agosto) que permite, desde que verificados determinados requisitos, a constituição de um imposto diferido ativo que poderá ser convertido em crédito de

imposto, utilizado no pagamento de impostos sobre o rendimento e patrimonial ou no limite ser reembolsado ao contribuinte. Assim, a empresa reconheceu em 2014 um ativo por imposto diferido tendo por base o produto da responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho pela taxa de IRC em vigor mais a respetiva derrama. Em 2015, a empresa aguarda que as entidades que tutelam a empresa aprovem a adesão ao referido regime especial.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar com a tributação autónoma de 2015 pelo Grupo CP.

● Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

- Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

—● **Acontecimentos Subsequentes**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de abril de 2016, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data de balanço são divulgados na nota 57.

Juizados de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;
- Reconhecimento do crédito - no reconhecimento do crédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis

os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;

- Perdas por imparidade - inventários - na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/ objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash*

flows descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, sendo de referir a generalizada melhoria dos resultados das empresas do Grupo, o que indicia que existem fatores de sustentabilidade futura;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da CP, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

—● Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

—● Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em

condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

—● Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

—● Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

—● Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS 5. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia

De seguida identificam-se as normas e interpretações que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2015:

—● IFRIC 21 – Taxas

A IFRIC 21 é uma interpretação da IAS 37, fundamentalmente relacionada com o reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não impostos sobre o rendimento da entidade), corresponde ao exigido na legislação aplicável.

Esta IFRIC tem eficácia em períodos anuais com início em ou após 17 de junho de 2014.

Não se esperam impactos significativos da adoção desta IFRIC no Grupo CP.

Alterações às normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia

De seguida identificam-se as alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2015:

—● IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

A melhoria à IFRS 1 clarifica que quem adotar as IFRS pela primeira vez pode usar quer a versão anterior, quer a nova versão de um normativo que, apesar de ainda não ser obrigatoriamente aplicável, está disponível para adoção antecipada.

A data de eficácia da norma tem início em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras

—● IFRS3 Concentrações de atividades empresariais

A melhoria à IFRS 13 clarifica que este normativo não se aplica à contabilização inicial de um acordo conjunto, constituído no âmbito da IFRS 11.

A data de eficácia da norma tem início em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

Não se esperam impactos significativos em resultado da adoção da norma no Grupo CP.

—● IFRS 13 Justo valor - mensuração e divulgação

A melhoria clarifica que a exceção à mensuração ao justo valor de um portefólio numa base líquida é aplicável a todos os géneros de contratos (incluindo contratos não-financeiros) no âmbito da IAS39.

A data de eficácia da norma tem início em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

Não se esperam impactos significativos em resultado da adoção da norma no Grupo CP.

—● IAS 40 Propriedades de Investimento

A melhoria clarifica que é necessário recorrer à IFRS3, sempre que uma propriedade de investimento é adquirida, para determinar se a aquisição corresponde, ou não, a uma concentração de atividades empresariais.

A data de eficácia da norma tem início em períodos

anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

Não se esperam impactos significativos em resultado da adoção da norma no Grupo CP.

—● Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

—● Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	346 375	321 782
Depósitos bancários	13 963 589	31 031 995
Total	14 309 964	31 353 777
Descobertos bancários (a)	(188 482)	(1 341 770)
Total	14 121 482	30 012 007

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos.
nota 32

—● Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Nada a referir.

—● Composição do Resultado por Segmento de Negócio (nota 6)

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo CP é a natureza dos serviços prestados. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada.

Atendendo a que a IFRS 8 define patamares quantitativos a partir dos quais os segmentos devem ser tratados como segmentos operacionais a divulgar, foram identificados os seguintes segmentos a divulgar no âmbito desta nota:

- Transporte de passageiros suburbanos (engloba o transporte de passageiros suburbano na área de Lisboa e Porto);
- Transporte de passageiros de longo curso (liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer), internacional (transporte de passageiros para a Espanha ou à fronteira de Espanha com França) e regional (serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios);

- Transporte de mercadorias; e

- Manutenção, conservação e construção de material circulante.

Na agregação efetuada dos segmentos operacionais procurou-se garantir que os mesmos tinham características económicas semelhantes, de acordo com o explicitado na IFRS 8.

De referir a apresentação do segmento de transporte de mercadorias unicamente para o ano 2014, dado que em 2015, tendo presente o acordo de venda direta de referência e as implicações que decorrem do mesmo em termos de controlo desta atividade pela CP, se deixou de assegurar a consolidação pelo método integral com a CP carga.

As informações sobre outras atividades de negócio e segmentos operacionais não relatáveis foram combinadas e divulgadas numa categoria com a designação «todos os outros segmentos». Nela estão incluídos nomeadamente os segmentos de formação, prestação cuidados de saúde e mediação de seguros que ficam muito aquém dos patamares quantitativos da IFRS 8.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, é conforme segue:

Resultado operacional por segmento de negócio do Grupo CP 2014

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS	Transporte de passageiros nos Suburbanos	Transporte de passageiros no longo curso, Internacional e regional	Transporte de Mercadorias	Manutenção e Conservação de Material Circulante	Restantes áreas	DR Operacional individual do Grupo CP	Anulações e Ajustamentos Intragrupo	DR Operacional Consolidada do Grupo CP
Vendas e serviços prestados	97 234 626	121 777 726	63 944 216	54 993 577	24 262 298	36 232 443	(69 375 825)	292 836 618
*Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	(11 140)	(452 504)	(471 566)	(46 371 472)	(23 079 143)	-	-	-
Subsídios à exploração	-	-	23 029	52 329	17 904 652	17 980 010	-	17 980 010
*Subsídios à exploração - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	-	-	357 737	1 226 449	1 584 186	(1 183 756)	400 430
*Ganhos/perdas imputadas a sub. assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	-	-	-	-	(1 183 756)	(120 173)	-	(120 173)
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-	-	-	-
*Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	2 637	-	2 637	9 685 753	9 688 390
*Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(227 614)	(788 735)	(2 689 893)	(3 895 729)	(6 699 161)	(24 301 132)	-	(24 301 132)
*Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(8 065 716)	(2 460 933)	(50 607 011)	(11 137 705)	(151 280 461)	(233 551 826)	66 655 783	(164 896 043)
*Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	3 263 339	293 709	34 891 857	4 451 588	25 755 290	-	-	-
Gastos com o pessoal	(4 994 189)	(6 008 363)	(18 113 391)	(28 136 555)	(94 149 285)	(151 401 783)	2 666 177	(148 735 606)
*Gastos com o pessoal - anulações intragrupo	248 844	327 627	673 871	633 712	782 126	(200 776)	-	(200 776)
Imparidade de inventários (perdas/rev.)*	-	-	-	(83 395)	(117 381)	-	-	-
Imparidade de inventários (perdas/rev.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	73	-	(151 004)	11 100	1 603 476	1 463 645	(5 787)	1 457 858
*Imparidade Dívidas a Receber (per./rev.) - anulações intragrupo	-	-	-	(5 787)	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	11 446	15 386 586	15 398 032	(4 608 492)	10 789 540
*Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	-	-	-	-	(4 608 492)	-	-	-
Impaird. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	-	10 721 063	10 721 063	-	10 721 063
*Impaird. de invest. não depr./am. (per./rev.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	1 369 009	564 668	25 695 828	1 815 900	44 381 374	73 826 779	(13 324 579)	60 502 200
*Outros rendimentos e ganhos - anulações intragrupo	(26 227)	(110 184)	(328 831)	(655 727)	(12 203 610)	-	-	-
Outros gastos e perdas	(119 770)	(98 820)	(635 572)	(385 843)	(10 501 516)	(11 741 321)	277 980	(11 463 541)
*Outros gastos e perdas - anulações intragrupo	-	-	137 129	94 381	46 470	-	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	85 196 419	102 985 543	17 466 202	3 485 326	(147 261 906)	61 871 584	(7 212 746)	54 658 838
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo	3 494 813	58 648	34 902 460	(31 167 552)	(14 491 115)	-	-	-
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(4 881 083)	(3 002 877)	(4 385 088)	(1 241 271)	(57 355 363)	(70 865 682)	-	(70 865 682)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	(4 706 977)	(4 706 977)	-	(4 706 977)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	83 800 149	10 0 041 314	47 983 574	(28 923 497)	(223 815 361)	(13 701 075)	(7 212 746)	(20 913 821)

Resultado operacional por segmento de negócio do Grupo CP 2015

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS	Transporte de passageiros nos Suburbanos	Transporte de passageiros no longo curso, internacional e regional	Transporte de Mercadorias	Manutenção e Conservação de Material Circulante	Restantes áreas	DR Operacional individual do Grupo CP	Anulações e Ajustamentos Intragrupo	DR Operacional Consolidado do Grupo CP
Vendas e serviços prestados	99 862 337	124 361 480	-	58 582 230	20 996 329	303 782 376	(39 237 166)	264 545 210
* Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	(12)	(129 897)	-	36 688 859	(75 796 076)	-	-	-
Subsídios à exploração	-	-	-	6 649	-	6 649	-	6 649
* Subsídios à exploração - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	-	-	453 565	(9 685 159)	(9 231 594)	(1 936 875)	(11 168 469)
* Ganhos/perdas imputadas a sub. assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	-	-	-	-	(1 936 875)	-	-	-
Varição nos inventários da produção	-	-	-	(153 043)	-	(153 043)	31 512	(121 531)
* Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo	-	-	-	(31 512)	63 024	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	1 140	-	1 140	7 309 207	7 310 347
* Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	-	-	-	(7 309 208)	14 618 415	(21 381 489)	450	(22 381 039)
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(680 925)	(4 657 967)	-	(16 396 296)	(646 301)	(21 381 489)	-	-
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	(57 006 317)	(85 358 695)	-	(450)	900	(179 569 819)	34 445 562	(145 124 257)
Fornecimentos e serviços externos	5 769 316	298 903	-	(13 718 177)	(23 486 630)	(179 569 819)	-	-
* Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	(62 396 551)	(44 245 317)	-	(4 174 834)	32 552 177	(152 029 211)	2 074 455	(150 954 758)
Gastos com o pessoal	-	308	-	(732 904)	2 807 049	(51 029 211)	-	-
* Gastos com o pessoal - anulações intragrupo	-	-	-	(418 132)	(255 169)	(673 301)	-	(673 301)
Imparidade de inventários (perdas/ever.)	-	-	-	-	-	-	-	-
* Imparidade de inventários (perdas/ever.) - anulações intragrupo	634 306	38 074	-	(7 225)	(31 951 175)	(31 286 018)	-	(31 286 018)
Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-	-
* Imparidade Dívidas a Receber (per./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	184 733	296 835	481 568	411 219	892 787
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	411 219	-	-	-
* Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	-	-	-	-	(93 365 403)	(93 365 403)	-	(93 365 403)
Imparid. de invest. não depr./amort. (pend./rev.)	-	-	-	-	-	-	-	-
* Imparid. de invest. não depr./am. (per./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	9 052 174	4 101 069	-	1 209 395	59 263 548	75 626 186	(4 714 862)	68 911 324
* Outros rendimentos e ganhos - anulações intragrupo	(10 001)	120	-	215 200	(4 920 181)	-	-	-
Outros gastos e perdas	(1 004 817)	(1 295 830)	-	(1 087 628)	(1 160 833)	(4 549 108)	231 701	(4 317 407)
* Outros gastos e perdas - anulações intragrupo	657	-	-	(227 431)	458 475	-	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	18 460 207	(7 057 186)	-	3 323 044	(31 067 132)	(116 341 067)	(1 384 799)	(117 725 866)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo	5 759 303	170 051	-	24 427 720	(31 741 873)	-	-	-
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(29 335 536)	(18 085 075)	-	(1 114 171)	(1 629 923)	(60 162 710)	-	(60 162 710)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	1 158 064	1 158 064	-	1 158 064
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(5 114 026)	(24 972 210)	-	26 656 593	(173 280 869)	(175 345 713)	(1 384 799)	(176 730 512)

Não é apresentado o resultado financeiro por segmento, dado que as decisões operacionais são tomadas com base nos resultados operacionais por segmento de negócio e não é possível repartir/afetar os financiamentos existentes à totalidade dos segmentos.

O ativo e passivo destes segmentos de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2014 e 2015:

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2014

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Transporte de mercadorias	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2014
Ativo não corrente dos segmentos reportados	854 610 114	61 020 344	7 656 783	3 777 997	927 065 238	(105 309 607)	821 755 631
Ativo corrente dos segmentos reportados	115 369 676	41 281 690	37 003 297	1 166 992	194 821 655	(42 087 308)	152 734 347
Ativo total dos segmentos reportados	969 979 790	102 302 034	44 660 080	4 944 989	1 121 886 893	(147 396 915)	974 489 978
Passivo não corrente dos segmentos reportados	3 638 042 942	28 337 780	4 049 527	-	3 670 430 249	(85 984 283)	3 584 445 966
Passivo corrente dos segmentos reportados	737 974 034	157 483 441	34 108 608	7 056 422	936 622 505	22 424 833	959 047 338
Passivo total dos segmentos reportados	4 376 016 976	185 821 221	38 158 135	7 056 422	4 607 052 754	(63 559 450)	4 543 493 304

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2015

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Transporte de mercadorias	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2015
Ativo não corrente dos segmentos reportados	640 021 970	-	7 050 751	775 538	647 848 259	(29 697 545)	618 150 714
Ativo corrente dos segmentos reportados	71 031 452	-	38 355 600	1 319 445	110 706 497	(3 251 240)	107 455 257
Ativo total dos segmentos reportados	711 053 422	-	45 406 351	2 094 983	758 554 756	(32 948 785)	725 605 971
Passivo não corrente dos segmentos reportados	3 065 323 267	-	2 989 795	-	3 068 313 062	(2 868 898)	3 065 444 164
Passivo corrente dos segmentos reportados	676 772 816	-	34 536 561	4 541 679	715 851 056	106 454 991	822 306 047
Passivo total dos segmentos reportados	3 742 096 083	-	37 526 356	4 541 679	3 784 164 118	103 586 093	3 887 750 211

Os ativos e passivos existentes também não são segregados por segmento de negócio, dada a impossibilidade de obter esta informação para todos os segmentos, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, em que frequentemente são efetuadas alterações na afetação dos ativos entre os vários segmentos, bem como tendo em consideração o facto de esta informação não ser apresentada de forma detalhada e regular para efeitos de decisão para todos os segmentos. Efetivamente, no que respeita aos ativos e passivos, estes são apenas relatados regularmente por empresa do Grupo, para efeitos de tomada de decisão.

● Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)

No final do ano 2015 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 810 386	19 131 471
Edifícios e outras construções	82 119 770	81 846 591
Equipamento básico	1 386 792 208	1 637 784 055
Equipamento de transporte	3 070 346	3 122 741
Equipamento administrativo	22 444 885	22 639 699
Outros ativos fixos tangíveis	65 002 542	64 979 757
Investimentos em curso	91 403	1 014 164
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-
	1 580 331 540	1 830 518 478
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	60 151 152	69 189 993
Depreciação acumulada de períodos anteriores	926 358 210	963 654 189
Perdas por imparidade do período	1 158 064	4 706 977
Perdas por imparidade de períodos anteriores	5 986 884	3 596 034
Anulações do período	(78 354)	(1 161 626)
	993 575 956	1 039 985 567
Valor líquido contabilístico	586 755 584	790 532 911

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2015 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Ajustamento	Adições	Revalorizações / imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:										
Terrenos e recursos naturais	19 131 471	127 301	-	-	(954 000)	1 551 261	-	954 353	-	20 810 386
Edifícios e outras construções	81 846 591	(1 085 368)	20 930	-	(2 337 262)	170 157	(6 868)	3 511 590	-	82 119 770
Equipamento básico	1 637 784 055	(84 075 426)	136 007	-	(171 756 956)	1 878 312	(4 881 844)	7 708 060	-	1 386 792 208
Equipamento de transporte	3 122 741	(10 162)	52 659	-	(40 702)	-	(54 189)	-	-	3 070 347
Equipamento administrativo	22 639 699	(552 537)	438 445	-	(16 538)	-	(241 747)	177 563	-	22 444 885
Outros ativos fixos tangíveis	64 979 757	(206 349)	160 232	-	-	-	(96 621)	165 522	-	65 002 541
Investimentos em curso	1 014 164	1 994 824	7 681 308	-	-	-	-	(10 600 070)	1 177	91 403
Adiantamentos por conta de investimentos	-	6 383 548	-	-	-	-	-	(6 694 997)	311 449	-
	1 830 518 478	(77 424 169)	8 489 581		(175 105 458)	3 599 730	(5 281 269)	(4 777 979)	312 626	1 580 331 540
Depreciação acumulada e imparidade										
Edifícios e outras construções	34 649 694	(1 156 928)	2 509 885	-	(403 213)	-	(6 868)	82 147	-	35 674 717
Equipamento básico	929 250 453	(25 492 544)	54 537 447	-	(74 775 287)	1 765 146	(4 590 332)	-	-	880 694 883
Equipamento de transporte	2 980 694	(10 164)	55 954	-	(40 702)	-	(54 190)	-	-	2 931 592
Equipamento administrativo	21 504 160	(345 611)	568 776	-	(9 948)	-	(241 374)	-	-	21 476 003
Outros ativos fixos tangíveis	43 297 555	(67 569)	2 479 090	-	-	-	(55 262)	-	-	45 653 814
At Fix Tang-Perdas Impar Acum -Equipam Básico	8 303 011	-	(1 158 064)	-	-	-	-	-	-	7 144 947
	1 039 985 567	(27 072 816)	58 993 088		(75 229 150)	1 765 146	(4 948 026)	82 147		993 575 956
Total	790 532 911									586 755 584

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Em 2015 registou-se uma diminuição significativa do ativo fixo tangível, em resultado da transferência por recomposição de capital de material circulante para a CP Carga.

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2015, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R2 e R3 e intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa.

As depreciações acumuladas e imparidades referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante e

as imparidades reconhecidas no material circulante, resultantes de acidentes.

A coluna ajustamento evidencia o impacto da exclusão, em 2015, da CP Carga do método de consolidação integral.

A 31 de dezembro de 2015 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(valores em euros)

Descrição	Passivo
Automotoras	252 430 316
Carruagens	-
Locomotivas	23 905 578
Total	276 335 894

● Ativos Intangíveis (nota 8)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente. Encontram-se classificados na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	24 002	429 193
Programas de computador	1 152 686	1 150 690
Ativos intangíveis em curso	18 750	12 693
	1 195 438	1 592 576
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	11 558	88 174
Reversões do período	-	(805)
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 154 377	1 411 618
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	1 165 935	1 498 987
Valor líquido contabilístico	29 503	93 589

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2015 são analisados como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Ajustamento	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferências	Saldo final
Valor bruto:									
Despesas de investigação e desenvolvimento	429 193	(74 809)	11 310	-	-	-	(341 692)	-	24 002
Programas de computador	1 150 690	-	1 996	-	-	-	-	-	1 152 686
Ativos intangíveis em curso	12 693	(12 693)	18 750	-	-	-	-	-	18 750
sub-total	1 592 576	(87 502)	32 056	-	-	-	(341 692)	-	1 195 438
Amortização acumulada e imparidade									
Amortização do período	1 072 777	143 295	11 558	-	-	-	(341 692)	-	885 938
Amortização acumulada de períodos anteriores	426 210	(146 213)	-	-	-	-	-	-	279 997
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
sub-total	1 498 987	(2 918)	11 558	-	-	-	(341 692)	-	1 165 935
Total	93 589								29 503

A coluna ajustamento evidencia o impacto da exclusão, em 2015, da CP Carga do método de consolidação integral.

—● **Locações (nota 9)**

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Depreciação / Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação / Imparidade	Valor líquido
Equipamento básico	-	-	-	38 398 710	(4 034 254)	34 364 456
Equipamento de transporte	-	-	-	14 700	(14 700)	-
	-	-	-	38 413 410	(4 048 954)	34 364 456

Tendo deixado a CP Carga, em 2015, de ser consolidada nas contas do Grupo pelo método de consolidação integral, decorrente da assinatura de acordo de venda direta de referência, o Grupo CP deixou de deter ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira.

Efetivamente os ativos registados nestas circunstâncias em 2014 pertenciam exclusivamente à CP Carga e respeitavam essencialmente a vagões adquiridos para afetar ao serviço combinado nacional e internacional de mercadorias.

● Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 10)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2015			31-12-2014		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF/SIEMENS A.C.E.	Investimento	366 651	-	366 651	344 151	-	344 151
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	156 500	-	156 500	69 586	-	69 586
OTLIS A.C.E.	Investimento	195 830	-	195 830	154 097	-	154 097
CP CARGA, SA	Investimento	21 080 144	21 080 144	-	-	-	-
CP CARGA, SA	Empréstimos	71 272 682	71 272 682	-	-	-	-
Total		93 071 807	92 352 826	718 981	567 834	-	567 834

Em 2015 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

	Saldo inicial	Regularização	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto							
EMEF/SIEMENS A.C.E.	344 151	-	-	-	366 651	(344 151)	366 651
NOMAD TECH, LDA.	69 586	-	-	-	86 914	-	156 500
OTLIS A.C.E.	154 097	-	-	-	84 028	(42 295)	195 830
CP CARGA, SA	-	-	71 272 682	-	(95 232 667)	116 312 811	92 352 826
Sub-total	567 834	-	71 272 682	-	(94 695 074)	115 926 365	93 071 807
Imparidade	-	-	92 352 826	-	-	-	92 352 826
Total	567 834	-	(21 080 144)	-	(94 695 074)	115 926 365	718 981

● Participações Financeiras – Outros Métodos (nota 11)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2015			31-12-2014		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
APOR	Custo de aquisição	5 000	-	5 000	5 000	-	5 000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	Custo de aquisição	31 944	31 944	-	31 944	(31 944)	-
INEGI	Custo de aquisição	2 500	2 500	-	2 500	(2 500)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	(67 288)	320 992	388 280	(87 108)	301 172
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
		28 838 509	(677 233)	28 092 388	28 838 509	(765 941)	28 072 568

O movimento destas participações financeiras em 2015 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
APOR	5 000	-	-	-	-	5 000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31 944	-	-	-	-	31 944
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
	28 838 509	-	-	-	-	28 838 509
Imparidade						
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	(31 944)	-	-	-	-	(31 944)
INEGI	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
TRANSCOM, S.A.	(87 108)	-	-	-	19 820	(67 288)
	(765 941)	-	-	-	-	(746 121)
	28 072 568	-	-	-	-	28 092 388

● Ativos por Impostos Diferidos (nota 12)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativos por Impostos Diferidos	2 554 258	2 488 729
	2 554 258	2 488 729

Como referido na nota 14 relativa aos impostos sobre o rendimento, em resultado da adesão à Lei nº61/2014 de 26 de agosto, que aprovou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, a CP iniciou em 2014 o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, em conformidade com o preceituado naquela Lei, ficando a aguardar o despacho da Tutela Setorial e Financeira confirmando a respetiva adesão.

À data do encerramento das contas de 2015, a CP aguarda a decisão da Tutela Setorial e Financeira sobre a adesão pela CP ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

● Acionistas/Sócios (nota 13)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Passivo corrente		
Outras Operações - Participações a Receber	124 729	-

No âmbito do acordo para a implementação dos tarifários referentes aos passes intermodais (4-18, Sub.-23 e Social +), celebrado entre o Estado e a CP-Comboios de Portugal EPE, têm sido atribuídas, em Resolução do Conselho de Ministros (RCM), verbas a título de compensações financeiras pelo preço reduzido da venda dos respetivos títulos de transporte.

O valor em saldo corresponde a verbas recebidas que aguardam confirmação do subsídio a que respeitam para regularização como rédito da empresa.

—● Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda..

A CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2015, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 990,9 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2015 e 2027.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e consequentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento.

Relativamente ainda ao imposto sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto) que permite, desde que verificados determinados requisitos, a constituição de um imposto

diferido ativo que poderá ser convertido em crédito de imposto, utilizado no pagamento de impostos sobre o rendimento e patrimonial ou no limite ser reembolsado ao contribuinte. Assim, a empresa reconheceu, em 2014, um ativo por imposto diferido tendo por base o produto da responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho pela taxa de IRC em vigor mais a respetiva derrama. Em 2015, a empresa aguarda a decisão das entidades que tutelam a empresa sobre a adesão ao referido regime especial.

O resultado contabilístico consolidado foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar com a tributação autónoma de 2015, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

(valores em euros)

Empresa	Imposto Sobre o Rendimento	
	2015	2014
CP	(220 714)	2 212 845
CP Carga	-	(540 333)
Fernave	(3 434)	(11 681)
Ecosaúde	(7 738)	(7 651)
Emef	(122 900)	(90 017)
Saros	(6 314)	(4 105)
	(361 100)	1 559 058

● Inventários (nota 15)

Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	35 567 842	35 491 668
Produtos acabados e intermédios	977 114	1 307 914
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
	36 544 956	36 799 582
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	238 231	591 777
Imparidades de períodos anteriores	(13 636 103)	(14 227 880)
	(13 397 872)	(13 636 103)
Valor líquido contabilístico	23 147 084	23 163 479

O montante mais significativo dos inventários encontra-se na rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, que revela este ano um ligeiro acréscimo, face ano transato provocado pelo efeito conjugado de aquisições superiores aos consumos, e de regularizações de inventários resultantes de abate de materiais, identificados como obsoletos ou sem aplicação nas séries de material ativas, ou de quebras/sobras por contagens realizadas durante o ano de 2015.

A rubrica produtos acabados e intermédios sofreu um decréscimo no montante de 330.800 euros devido a dois fatores: por um lado o abate de materiais identificados como obsoletos e sem aplicação nas séries de material ativas que ocorreram durante o ano de 2015, o qual totalizou 177.757 euros, por outro lado as saídas para a produção superaram os fabricos em 153.043 euros.

O reconhecimento de imparidades de inventários registou as seguintes variações:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Utilizações	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(13 079 830)	744 468	860 264	204 967	(12 990 659)
Produtos acabados e intermédios	(556 273)	167 064	31 622	13 618	(407 213)
	(13 636 103)	911 532	891 886	218 585	(13 397 872)

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros (CP) e na manutenção e reparação de material circulante (EMEF).

Para o cálculo da imparidade dos inventários afetos à área de transporte de passageiros (CP), verifica-se semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece-se uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para a avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém. Durante o período de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a imparidade das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

O total das imparidades de inventários reconhecidas em 2015 resulta ainda do contributo do segmento de manutenção e reparação, com abates de materiais identificados como obsoletos e sem aplicação em consequência da desativação da série de material respetiva, da substituição de equipamentos ou motivado por degradação técnica (não conformidade para utilização).

Para cálculo da imparidade no segmento de manutenção e reparação, foram utilizados os seguintes critérios:

O cálculo das perdas por imparidades de inventários no segmento de manutenção e reparação está indexada à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado com cada cliente, e os cálculos são apurados tendo em conta o número de anos que faltam para terminar os contratos e as perspetivas de consumo/rotação dos materiais. Os critérios utilizados são os seguintes:

Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos

Considera-se como corrente, e portanto não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos e também com classificação de estratégicos, exceto o excesso resultante do consumo médio esperado até o término do contrato respetivo. Sobre este excesso é considerada uma imparidade de 75%. Sobre os materiais sem histórico de consumo nos últimos 9 anos e com data de aquisição nos últimos dois anos não é aplicada nenhuma imparidade.

Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor. Sobre os materiais com data de aquisição nos últimos dois anos não é aplicada nenhuma imparidade.

Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos, que não registaram consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos, que tenham registado consumo nos últimos 9 anos mas cujas perspetivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos são sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

Inventários classificados como Estratégicos

Os inventários classificados como Estratégicos e que não tenham consumo registado nos últimos 9 anos, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.

Inventários sem identificação

Os inventários que na sua maioria são materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes, por não estarem relacionados com o contrato quadro referido e atendendo à sua natureza, serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos.

A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente.

Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Em relação à variação dos Inventários da Produção, o Grupo CP apresenta os seguintes valores em 2015 e 2014:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Variação inventários da Produção		
Produtos acabados e intermédios	(121 531)	(120 173)
	(121 531)	(120 173)

Clientes (nota 16)

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	11 808 639	22 404 920
Clientes - cobrança duvidosa	1 869 178	3 995 616
	13 677 817	26 400 536
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	141 971	327 373
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(1 989 945)	(4 320 999)
	(1 847 974)	(3 993 626)
Valor líquido contabilístico	11 829 843	22 406 910

A diminuição do saldo deve-se essencialmente à exclusão em 2015 da CP Carga do método de consolidação integral, decorrente da assinatura de acordo de venda direta de referência.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Ajustamento	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade						
Clientes gerais	3 993 626	(2 003 681)	70 651	(211 629)	(993)	1 847 974
	3 993 626	(2 003 681)	70 651	(211 629)	(993)	1 847 974

A coluna ajustamento evidencia o impacto da exclusão, em 2015, da CP Carga do método de consolidação integral.

—● Adiantamentos a Fornecedores (nota 17)

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128 391	128 391
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	2 120	2 120
Outros	71 640	1 760
	202 151	132 271
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-	-
Valor líquido contabilístico	202 151	132 271

—● Estado e Outros Entes Públicos (nota 18)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1 253 701	1 206 061
IVA	8 113 466	11 318 882
IVA a recuperar	5 783 004	6 510 141
IVA reembolsos pedidos	2 330 462	4 808 741
Outros Impostos	-	-
Contribuições Seg Social CNP	55 597	-
	9 422 764	12 524 943
Passivo		
Ativo	400 567	905 286
Retenções de imposto sobre o rendimento	309 395	1 761 451
IVA a pagar	2 562 739	3 069 248
Contribuição para a Segurança Social	522 616	2 805 496
	3 795 317	8 541 481

As principais variações registadas entre 2015 e 2014 resultam essencialmente do decréscimo do valor dos pedidos de reembolso, no ativo, e da diminuição das retenções do imposto sobre o rendimento e da contribuição para a segurança social, no passivo, em resultado da antecipação do seu pagamento.

—● Outras Contas a Receber (nota 19)

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Outros Devedores - pessoal	108 586	348 285
D.Diversos - c/c	60 706 574	19 020 549
Devedores por acréscimos de receitas	3 096 940	2 011 703
	63 912 100	21 380 537
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	(31 135 756)	1 136 273
Imparidade de períodos anteriores-O. Div. terceiros	(4 983 977)	(6 163 410)
	(36 119 733)	(5 027 137)
Valor líquido contabilístico	27 792 367	16 353 400

O crescimento, face a 2014, do valor bruto das outras contas a receber, resulta fundamentalmente no aumento da dívida da CP Carga. Todavia, foi registada, em 2015, uma imparidade de cerca de €33 milhões referente a dívida da participada CP Carga, que resulta da aplicação dos termos do acordo de venda desta empresa, assinado em 21 setembro de 2015, e efetivado em 20 de janeiro de 2016.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Ajustamento	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade						
Outros Dívidas de Terceiros	5 027 137	(72 282 626)	31 216 360	(80 604)	-	(36 119 733)
Total	5 027 137	(72 282 626)	31 216 360	(80 604)	-	(36 119 733)

—● Diferimentos (nota 20)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - Gast. Reconh. - Outros-Diversos	767 282	8 634 172
Diferim. - Gast. Reconh. - Seguros	410 157	182 014
Diferim. - Gast. Reconh. - Rendas	12 181	12 190
Diferim. - Gast. Reconh. - Rev's	-	14 600 778
	1 189 620	23 429 154
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer.- Rend. a Reconh.- Subsídios ao Investimento	130 960 399	161 022 758
Difer. - Rend. a Reconh.- Fact.p/Conta-Trab.a Real.	(138 346)	(455 950)
Diferim. - Rend. a Reconhecer - CPLX	-	768 010
Diferim. - Rend. Reconhecer - POEFDS_PORLVT	-	-
Diferim. - Rend. Reconhecer - Sub. Proj.Exploração	-	455
Diferim. - Rend. Reconh. - Outros Dif- Rendim Reconh.	4 897 948	5 449 941
	135 720 001	166 785 214

As principais variações nos gastos a reconhecer, face a 2014, resultam (i) da exclusão da CP Carga da consolidação pelo método integral, levando a uma diminuição/eliminação em 2015 do diferimento de gastos reconhecidos com REV's (intervenções nos vagões) e (ii) da transferência para a conta de 'Financiamentos obtidos - gastos de formalização de empréstimos' dos gastos relacionados com comissões de empréstimos obrigacionistas diferidos no tempo.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos a reconhecer por subsídio ao investimento, que registam igualmente um decréscimo face a 2015 de valor significativo, decorrente da redução do investimento, fim da vida útil do material circulante e consequentemente do reconhecimento de rendimentos de subsídios e da reclassificação de ativos que beneficiaram de subsídios para ativos não corrente detido para venda.

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	832 735	947 295
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	5 839 594	6 713 528
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	4 517 474	4 864 970
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	12 346 840	13 296 585
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	3 175 253	3 492 778
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	484 361	535 228
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	743 875	784 846
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	422 712	462 615
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	18 928 830	20 016 260
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	15 717 908	16 557 653
59301008 PIDDAC-Sub Proj Convel	-	-
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	596 507	660 367
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	390 009	390 009
59301011 PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	-	16 127
59301012 PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	(162 556)	18 964 832
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	1 794 303	2 667 674
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	218 455	246 343
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	(21 053)	2 477 272
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	105 071	132 704
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	460 740	496 322
59301026 PIDDAC-Sub Sist Escalas Pess e Rotaç de Material	-	4 861
59301027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	1 205 312	1 310 313
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	33 186	58 075
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	349 444	376 852
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	344 876	372 284
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	262 536	282 731
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	76 211	97 986
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	60 738	99 098
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	105 948	124 924
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	214 148	230 516
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	490 875	527 691
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	71 187	93 668
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	341 682	366 235
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	58 075	82 965
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	149 965	166 178
59301042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	83 794	-
59301043 PIDDAC-Grande Reparação -Gr R-R2 461	209 485	-
59301044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	128 833	-
59301045 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	110 711	-
59301046 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	143 312	-
59301047 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	86 681	-
59301048 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	143 312	-
59301049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	57 571	-
59301050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	86 357	-
59301051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	174 478	-
59301052 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	144 468	-
59301053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	67 308	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	1 001 227	1 106 378
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1 453 178	1 533 215
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	33 713 899	35 648 247
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	20 226 056	21 338 724
59301106 FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	-	116 802
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1 196 088	1 324 138
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	903 370	903 370
59301510 Sub Projecto CP/KIDS	-	-
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	474 888	535 512
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	400 142	598 587
Total	130 960 399	161 022 758

—● Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 21)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Ativos Financeiros	16	54
	16	54

A 31 de dezembro de 2015, de acordo com a avaliação fornecida por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.), o Grupo CP não possui qualquer instrumento financeiro derivado (*swaps* de cobertura de taxa de juro) potencialmente favorável.

As variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros derivados são registadas pelo valor líquido entre os ganhos e as perdas na rubrica da Demonstração de Resultados “Aumentos/Reduções de Justo Valor”.

À data de referência para a apresentação destas Demonstrações Financeiras, o Grupo CP tem somente registado na rubrica de Ativos Financeiros Detidos para Negociação o justo valor das ações do Millennium BCP adquiridas à sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

—● Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 22)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, o Grupo CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente o Grupo avalia a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Especificamente, no que respeita a material circulante, existiam, no final do ano 2015, 130 unidades classificadas como ativo não corrente detido para venda cujo seu valor líquido contabilístico, antes da constituição de imparidades adicionais era de €7,6 milhões.

Deste universo, verificava-se que 97% do valor do material estava circunscrito a cinco séries de material: UTD 600, Locomotivas 2600, Allan 350, Locomotivas 1550 e 1960, num total de 63 unidades.

No âmbito do processo de encerramento das contas, foi realizada uma análise aos valores das séries que fazem parte do universo dos 97%, tendo em consideração os valores dos subsídios ao investimento que ainda faltavam reconhecer e o valor residual expetável em resultado da sua venda como sucata.

Tendo em consideração o período decorrido desde a classificação dos ativos nesta categoria e, apesar de o Grupo se manter fortemente empenhado na sua venda, entendeu-se pertinente a constituição de um reforço da imparidade de +/- 15% sobre o valor contabilístico do material, de modo a ajustar o seu valor ao possível valor de mercado que, neste momento, é o valor de sucata, uma vez que não existem clientes interessados e o Grupo não espera vir a recuperar o investimento realizado através da afetação do material à atividade de transporte. Este ajustamento correspondeu a um impacto negativo de €1,4 milhões nas contas do Grupo e incidiu nas séries de material com maior valor uma vez que as restantes séries já se encontravam com um valor contabilístico inferior ao valor de sucata. Assim, o valor contabilístico líquido deste material, após a constituição desta provisão, passou dos 7,6 milhões de euros referidos anteriormente para 6,3 milhões de euros com referência a 31 de dezembro de 2015.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda fica com o valor de zero conforme detalhe abaixo:

No que respeita aos edifícios classificados em ativos não correntes detidos para venda foi efetuado um reforço da imparidade constituída de 121.905 euros, fruto de avaliações recentes efetuadas aos imóveis.

De referir ainda que foram vendidos, no decorrer do ano 2015, os imóveis designados Infantário da Parede e Edifício de Vila Nova de Famalicão.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Terrenos e recursos naturais	1 744 117	3 295 378
Edifícios e outras construções	11 564 741	12 137 627
Equipamento básico (a)	6 252 590	7 937 354
	19 561 448	23 370 359

(a) Esta rubrica no exercício de 2015 inclui uma imparidade no montante - € 1 405 688

(valores em euros)

Descrição	Valor contabilístico (1)	Subsídios a reconhecer (2)	Valor sucata (3)	Imparidade (4)	(1)-(2)-(3)-(4)
Várias séries	16 628 262	3 359 973	2 892 637	10 375 652	-

—● Capital Realizado (nota 23)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 50/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, o capital estatutário da empresa é de 1.995.317.000 euros, sendo detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa. Este capital encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2015.

Nos meses de março, junho e setembro de 2015, na sequência de Despachos Conjuntos da Ministra das Finanças e do Ministro da Economia, foram aprovados aumentos do capital estatutário, a subscrever pelo Estado em numerário, o primeiro, no valor de 84,683 milhões de euros, foi integralmente realizado entre março e abril de 2015; o segundo, no valor de 535,5 milhões de euros, foi integralmente realizado entre junho e julho de 2015, e o terceiro, no valor de 63,3 milhões de euros, foi realizado entre setembro e novembro de 2015. A rubrica de Capital realizado apresenta assim, em termos acumulados, em 2015, um aumento de 683,483 milhões de euros, a que corresponde o valor do capital realizado pelo Estado no decorrer do período. Assim, no final do ano 2015 a empresa apresenta um capital realizado de 2.678.800.000 euros.

—● Ações (Quotas) Próprias (nota 24)

A 31 de dezembro de 2015 não são detidas ações ou quotas próprias, por a empresa mãe não ser uma sociedade por ações ou quotas.

—● Outros Instrumentos de Capital Próprio (nota 25)

O Estado português, único detentor do capital da empresa mãe CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2015.

—● Reservas Legais (nota 26)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

—● Outras Reservas (nota 27)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do fundo de amortização e renovação de material circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O fundo de amortização e renovação de material circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artº16º do contrato de concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

● Resultados Transitados (nota 28)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente à incorporação do resultado líquido do período anterior. Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado		
Resultados transitados de 2015		-5.655.108.293
Resultados transitados de 2014	-5.495.796.519	
+ Resultado líquido do período de 2014	-161.345.168	-5.657.141.687
Movimentos de 2015 directamente em Res.transitados:		2.033.394
Identificação:		
A justificação para esta variação, encontra-se no Impacto líquido de diversas operações em resultados transitados, relacionadas com anulações de saldos e transações intercompanhias.		

● Ajustamentos em Ativos Financeiros (nota 29)

O detalhe desta rubrica é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	(132 640)	(132 640)
Total	(132 640)	(132 640)

● Outras Variações no Capital Próprio (nota 30)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
	91 357 368	91 357 368

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca no montante de 97.975.959 euros e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-Lei n.º 361/85.

—● Provisões (nota 31)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(Valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Ajustamento	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	9 078 096	-	258 134	4 142 398	850 278	4 343 554
Acidentes ferroviários	1 366 111	(475 000)	434 071	-	-	1 325 182
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	2 417 209	(1 652 899)	245 801	-	-	1 010 111
Investimentos financeiros	-	85 179 503	-	83 526 603	980 515	672 385
	12 861 416	95 913 020	938 006	87 669 001	1 830 793	7 351 232

A coluna Ajustamento reflete o impacto da saída da CP Carga do método de consolidação integral.

A variação da rubrica de provisões deve-se essencialmente ao acordo estabelecido com os trabalhadores da CP para inclusão dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, que resultou na conclusão de parte dos processos laborais provisionados em anos anteriores.

● Financiamentos Obtidos (nota 32)

No final do período de 2015 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	181 021 563	224 576 751
Locações financeiras	-	27 862 780
Empréstimos por obrigações	700 000 000	700 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(7 425 023)	
Outros financiadores	2 152 570 000	2 608 084 000
	3 026 166 540	3 560 523 531
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	43 555 187	265 021 556
Descobertos bancários	188 482	1 341 770
Locações financeiras	-	3 193 368
Outros financiadores	455 514 000	358 900 000
	499 257 669	628 456 694
	3 525 424 209	4 188 980 225

O decréscimo da dívida do Grupo CP foi de cerca de 663,6 milhões de euros, tendo resultado das dotações de capital atribuídas pelo Estado para amortização dos financiamentos da CP com vencimento em 2015, bem como do esforço realizado pelas empresas do Grupo no sentido de assegurar a sua atividade de exploração com os meios libertos pela sua atividade.

Relativamente à estrutura da dívida, mantém-se a característica, já verificada no final de 2014, do peso significativo da dívida de médio e longo prazo (cerca de 86%) tendo como principal contributo o empréstimo de médio e longo prazo celebrado entre a CP e o Estado Português no último trimestre de 2014.

Com a conversão da quase totalidade da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, a estrutura da dívida sofreu uma alteração significativa, passando a dívida de curto prazo a ter um peso reduzido na dívida total, contrariando a tendência dos últimos anos.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

	31-12-2015	31-12-2014
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	43 559 858	265 021 556
De 1 a 5 anos	124 688 230	130 550 085
A mais de 5 anos	56 333 333	94 026 666
Locações financeiras		
Até 1 ano	-	3 193 368
De 1 a 5 anos	-	20 199 325
A mais de 5 anos	-	7 663 455
Descobertos Bancários		
Até 1 ano	183 811	1 341 770
Empréstimos por obrigações		
De 1 a 5 anos	500 000 000	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(621 447)	-
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(6 803 576)	-
Outros financiadores		
Até 1 ano	455 514 000	358 900 000
De 1 a 5 anos	1 622 056 000	1 597 056 000
A mais de 5 anos	530 514 000	1 011 028 000
	3 525 424 209	4 188 980 225

—● Outras Contas a Pagar (nota 33)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	31 926 392	11 061 019
	31 926 392	11 061 019
Corrente		
Fornecedores de Investimento	257 218	(1 546 865)
Devedores por acréscimos de rendimento	-	1 607 311
Credores por subscrições não liberadas	38 321 962	34 525 341
Outros devedores e credores	5 120 496	4 177 568
Credores por acréscimo de gastos	111 839 514	64 569 300
	155 539 190	103 332 655

A variação registada no ativo não corrente resulta do ajustamento do valor das responsabilidades com pensões por Acidentes de Trabalho, no âmbito da adesão ao regime especial aplicável aos ativos por imposto diferidos, conforme disposto na Lei 61/2014, de 26 de agosto, e do reconhecimento da responsabilidade de liquidação da dívida histórica resultante da integração dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, em resultado de acordo formalizado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, a qual será paga até ao exercício de 2019.

As responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de dezembro de 2015, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa (CGD PENSÕES).

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 2,25%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2015.

No ativo corrente, a variação mais significativa face ao exercício de 2015 regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos, e respeita a juros a liquidar, bem como ao acréscimo dos encargos para a empresa, a pagar em 2016, em resultado do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias.

—● Fornecedores (nota 34)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores c/c		
Gerais	23 576 942	46 877 027
Fornecedores de investimento	-	-
Facturas em receção e conferência	810 813	570 393
	24 387 755	47 447 420

A variação registada na rubrica de fornecedores deve-se à exclusão, em 2015, da CP Carga do método de consolidação integral, reduzindo-se as dívidas do Grupo CP a fornecedores, nomeadamente no que respeita às Infraestruturas de Portugal, S.A..

—● Adiantamentos de Clientes (nota 35)

A rubrica de adiantamentos de clientes apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Adiantamentos de Clientes		
Clientes CP	1 815 470	295 470
Clientes Fernave	374 000	374 000
Clientes EMEF	-	110 838
	2 189 470	780 308

A variação registada face a 2014 resulta fundamentalmente do adiantamento efetuado à CP, pela Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A., no âmbito da assinatura do acordo de referência para a venda da CP Carga.

—● Passivos Financeiros Detidos para Negociação (nota 36)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Derivados potencialmente desfavoráveis	1 291 916	3 703 566
	1 291 916	3 703 566

Tal como referido na nota relativa aos Ativos financeiros detidos para negociação, o montante registado nesta rubrica resulta de valorização efetuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.) ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro) detidos pela empresa.

A valorização em 31.12.2015, respeita ao único *swap* existente em carteira, cuja maturidade vai até abril de 2016 e está associado a um financiamento da Eurofima.

—● Vendas e Serviços Prestados (nota 37)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Prestações de Serviços		
Passageiros	224 093 868	218 558 708
Mercadorias	-	63 472 650
Outros	40 451 342	10 805 260
sub-total	264 545 210	292 836 618
Total	264 545 210	292 836 618

O decréscimo verificado deve-se essencialmente à exclusão da CP Carga do método de consolidação integral, com um impacto na redução das vendas do Grupo CP relativas a transporte de mercadorias de cerca de 63,5 milhões de euros. Por outro lado, verificou-se um aumento dos réditos relacionados com a rubrica de outras prestações de serviços, decorrentes do aluguer de material circulante, cedência de energia e outras prestações de serviço realizadas à CP Carga.

De ressaltar ainda o aumento dos réditos de transporte de passageiros em resultado do esforço contínuo da CP em diversificar, promover e consolidar a sua oferta e atividade comercial.

—● Subsídios à Exploração (nota 38)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos períodos de 2014 e 2015:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Indemnizações compensatórias	-	17 789 622
(Formação IEFP)	-	26 771
PAII	-	71 684
CP/KIDS	-	16 575
Comunidade europeia	-	1 770
Instituto de emprego e formação profissional	-	21 260
Subsídios IEFP - Medida de Estágios Emprego (ao abrigo da Portaria n.º 204-B/2013)	6 649	10 477
Subsídios IDMEC (Projecto Wearwheel)	-	8 141
Subsídios Thales (Projecto Secur-ED)	-	35 956
Subsídios TNO (Projecto Cargovibes)	-	(2 673)
Subsídios Universidade do Porto (Projecto Maxbe)	-	427
	6 649	17 980 010

De salientar a quebra generalizada e acentuada do apoio financeiro do Estado, através de subsídios à exploração, à atividade do Grupo CP e que atingiu uma redução de aproximadamente 17,9 milhões de euros, face aos valores de 2014.

—● Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 39)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(11 706 062)	(3 721)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	537 593	404 151
Outros	-	-
Total	(11 168 469)	400 430

Os valores de perdas reconhecidos em 2015 são o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da CP Carga, SA. Os valores de ganhos reconhecidos em 2015 são o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do SIMEF, Nomad Tech e da OTLIS.

—● Trabalhos para a Própria Empresa (nota 40)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção nos materiais circulantes de transporte de passageiros e de mercadorias e é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	7 309 207	8 552 731
Transporte de mercadorias		
Ativos fixos tangíveis	-	1 133 022
Outros	1 140	2 637
Total	7 310 347	9 688 390

—● Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 41)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22 381 039	24 301 132
	22 381 039	24 301 132

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 82% (4.863.099,81 euros) do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível reduziu em resultado da diminuição do preço do combustível.

● Fornecimentos e Serviços Externos (nota 42)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Conta	Designação	2015	2014
621	Subcontratos	25 845 840	28 204 605
622/626	Trabalhos especializados e outros (Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	87 261 078	104 957 898
623	Materiais	558 063	480 900
624	Energia e fluidos	30 777 949	30 252 074
625	Deslocações, estadas e transportes	681 327	1 000 566
		145 124 257	164 896 043

Em 2015, verificou-se, por parte da CP, a continuação do esforço na procura da poupança, racionalizando gastos suportados e procedendo à renegociação dos contratos em vigor. No entanto, as reduções significativas já alcançadas em anos anteriores, limitaram a capacidade de redução dos valores contratados.

Assim, a redução registada ao nível dos fornecimentos e serviços resulta essencialmente da diminuição das tarifas associadas à taxa de utilização das infraestruturas, situação reforçada pela exclusão da CP Carga, em 2015, do método de consolidação integral, deixando de ser gastos do Grupo os gastos de utilização de infraestrutura pela CP carga em 2015.

● Gastos com Pessoal (nota 43)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	413 767	464 651
Remunerações do pessoal	95 331 016	105 281 870
Indemnizações	2 678 082	5 136 049
Acordo dos variáveis	22 017 368	-
Encargos sobre remunerações	21 285 616	23 409 682
Encargos sobre variáveis	5 229 125	-
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	2 062 079	2 604 198
Gastos de ação social	382 174	350 691
Outros gastos com o pessoal	1 555 531	11 488 465
	150 954 758	148 735 606

Em 2015, foi registado nas contas do Grupo CP de gastos com pessoal o valor da responsabilidade decorrente de acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídios de férias. O impacto deste acordo ascende a 27,2 milhões de euros.

De referir, que em 2014 verificou-se um aumento dos gastos com pessoal em 11,1 milhões de euros, devido a ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho vitalícias, resultantes de acidentes ocorridos até 31 de dezembro de 1999, data até à qual, por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 de julho, a CP estaria obrigada a assumir estes encargos.

Assim, retirando o efeito deste ajustamento de 11,1 milhões de euros, nas contas de 2014, e retirando o efeito dos 27,2 milhões de euros relativos ao acordo celebrado, nas contas de 2015, verifica-se uma diminuição dos gastos com pessoal de cerca de 13,8 milhões de euros. Esta diminuição decorre da exclusão da CP Carga, em 2015, do método de consolidação integral, deixando o Grupo de suportar os gastos com pessoal daquela empresa. Excluindo este efeito teríamos um aumento dos gastos com pessoal de cerca de 3,6 milhões de euros no Grupo CP que decorre fundamentalmente de, a partir de 1 de janeiro de 2015, ao abrigo do artigo 4º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, ter sido revertida em 20% a redução remuneratória temporária até aqui verificada. De referir ainda o aumento dos gastos relacionados com trabalho extraordinário.

● Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 44)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Perdas		
Em investimentos financeiros	(92 420 154)	-
Ativos não correntes detidos para venda	(1 405 688)	(437 474)
Reversões		
De investimentos financeiros	87 110	107 171
Ativos não correntes detidos para venda	373 329	11 051 366
	(93 365 403)	10 721 063

O reforço efetuado em 2015 das imparidades em ativos não correntes detidos para venda deve-se ao ajustamento da totalidade da imparidade destes bens, pelo que o valor líquido do material circulante classificado nesta classe, descontado do valor residual de sucata e subsídios de investimento, é nulo. Foi ainda ajustado o valor dos edifícios classificados como ativos não correntes detidos para venda em função das últimas avaliações realizadas

No que respeita aos investimentos financeiros, foi reconhecida uma imparidade com a participada CP Carga, que resulta da aplicação dos termos do acordo de venda desta empresa, assinado em 21 setembro de 2015 e efetivado em 20 de janeiro de 2016.

● Outros Rendimentos e Ganhos (nota 45)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Rendimentos suplementares	12 708 727	5 854 449
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 399	1 115
Ganhos em inventários	15 260	686 977
Restantes ativos financeiros	2 846 087	236 845
Investimentos não financeiros	20 208 049	36 231 682
Outros	33 131 802	17 491 132
	68 911 324	60 502 200

O aumento registado na rubrica de outros rendimentos e ganhos resulta fundamentalmente de ganhos relacionados com a transferência de ativos da CP para a CP Carga, nomeadamente relacionados com mais-valias decorrentes de avaliação do material transferido e do reconhecimento de subsídios ao investimento referentes a esse material.

—● Outros Gastos e Perdas (nota 46)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Impostos	255 717	222 554
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	286 283	950 617
Perdas em inventários	243 791	172 850
Investimentos não financeiros	530 713	5 693 931
Outros	3 000 903	4 423 589
	4 317 407	11 463 541

Regista-se uma diminuição dos outros gastos e perdas em 7,2 milhões de euros em resultado fundamentalmente da redução, face a 2014, dos abates de material circulante e da quebra dos gastos relacionados com o reconhecimento de dívidas incobráveis.

—● Aumentos/Reduções Justo Valor (nota 47)

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Ganhos		
Instrumentos financeiros	2 411 650	65 455 632
Total	2 411 650	65 455 632

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de derivados em 31 de dezembro 2015, bem como de alterações à sua composição, comparativamente a igual período

do ano anterior. Conforme referido anteriormente a avaliação destes derivados é assegurada por entidade externa.

—● Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 48)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	60 151 167	70 794 002
Ativos intangíveis	11 558	88 173
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	15	16 493
Ativos intangíveis	-	-
	60 162 710	70 865 682

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Em 2015 verificou-se uma diminuição do valor das depreciações, face a 2014, em cerca de 6,2 milhões de euros (excluindo os 4,4 milhões da CP Carga em 2014), em resultado da transferência de material para a CP Carga, ao abate ou término do período de depreciação dos bens, não compensado pelo investimento realizado e à exclusão da CP Carga, em 2015, do perímetro de consolidação integral.

—● Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis (nota 49)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis reconhecida no período respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável, apresentando os seguintes valores:

Descrição	2015	2014
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	(260 427)	(5 169 011)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	1 418 491	462 034
Total	1 158 064	(4 706 977)

A imparidade de investimentos depreciáveis reconhecida no exercício respeita essencialmente a perdas de imparidade resultantes de acidentes em material circulante.

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado.

—● Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 50)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é detalhada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Juros obtidos	3 651 990	57 181
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	1 607
	3 651 990	58 788

Os valores de 2015 evidenciam o impacto da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral.

—● Juros e Gastos Similares Suportados (nota 51)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Juros suportados	96 655 462	201 120 738
Outros gastos e perdas	10 973 874	6 384 087
	107 629 336	207 504 825

Os encargos financeiros tiveram um forte decréscimo em 2015, essencialmente devido à redução da dívida do Grupo CP e à manutenção das taxas de mercado a níveis historicamente baixos.

—● **Interesses Minoritários (nota 52)**

Não aplicável.

—● **Passivos Contingentes (nota 53)**

Não aplicável.

—● **Garantias e Avais (nota 54)**

Garantias prestadas a favor do Grupo CP:

—● **Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 56)**

A Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Pinto Ribeiro; Lopes Rigueira & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 11.750 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

Contabilista Certificado

Dra. Ana Coelho

—● **Acontecimentos Após a Data do Balanço (nota 57)**

No que respeita a acontecimentos após a data de balanço, ressalva-se:

—● A concretização da venda da CP Carga, que ocorreu no dia 20 de janeiro de 2016. Os impactos esperados relacionados com o processo de venda foram ainda reconhecidos no ano 2015 através da constituição de imparidades, com um impacto líquido nas contas da empresa de 85 milhões de euros;

—● Assinatura de adenda ao contrato de financiamento assinado em 2014 com o Estado Português prorrogando o vencimento dos juros;

—● Em 19 de outubro de 2015 foi celebrado, entre a Transdev e a EMEF, um contrato para manutenção das frotas de material circulante da Metro do Porto, cujo início estava dependente da produção de efeitos do contrato de Subconcessão do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A.. Perante a decisão tomada pelo Governo no início de 2016, de reverter o processo de subconcessão em curso, o contrato estabelecido entre a EMEF e a Transdev não produzirá quaisquer efeitos.

Presidente

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal

Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes



Documentos Anexos



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do período findo em 31 de Dezembro de 2015 da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de 725.605.971 Euros e capitais próprios negativos de 3.162.144.240 Euros, incluindo um resultado líquido negativo consolidado de 278.657.308 Euros, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa no período findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação do Relatório de Gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, aplicadas de forma consistente com o período anterior e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.



Ênfase

8. Sem afetar a nossa opinião no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação: o Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014, cujo Relatório e Contas não foi ainda aprovado pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2015, um total de capital próprio negativo de 3.162.144.240 euros. Adicionalmente, salientamos que no período em análise se verificou uma diminuição significativa dos financiamentos, no valor de 663.556.016 euros. No entanto, o Grupo continua a possuir um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado pela Tutela Sectorial e Financeira. Assim, a continuidade das operações do Grupo e por conseguinte a realização dos seus ativos, nomeadamente, do material circulante e de outros ativos operacionais, e a classificação dos seus passivos, continua a depender do suporte financeiro do Estado Português, seu Acionista único, e do sucesso futuro das suas operações.

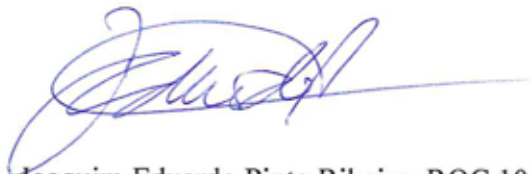
Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação consolidada constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de abril de 2016

PINTO RIBEIRO, LOPES RIGUEIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC 1015



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da *CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.(CP)*, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 725.605.971 euros e um total de capital próprio consolidado negativo de 3.162.144.240 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 278.657.308 euros), a Demonstração consolidada dos resultados e outro rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:



- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da *CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.*, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.



ÊNFASE

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que a CP, cujo Relatório e Contas do exercício de 2014 ainda não se encontra aprovado pela Tutela, tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de Dezembro de 2015, um total de capital próprio consolidado negativo de 3.162.144.240 euros. Apesar de o endividamento ter diminuído 663.556.016 euros, continua a verificar-se que, naquela data, a CP mantém um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado por capitais alheios, maioritariamente do Estado Português. Assim, a continuidade das operações do Grupo e, conseqüentemente, a realização dos seus ativos, nomeadamente os operacionais, depende essencialmente do suporte financeiro do Estado Português e do sucesso futuro das suas operações.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período e o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de abril de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS 2015 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.



1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2015, atenta à certificação legal emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e o relatório de auditoria do Auditor Externo, sobre às demonstrações financeiras do Grupo desse período.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPPE;
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2015;
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda³ notificação de 2014 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais⁴ foram introduzidas alterações de relevo nos critérios sujeitos a verificação aquando da classificação de unidades institucionais públicas.

Em consequência, várias unidades institucionais, anteriormente classificadas fora deste universo, passaram a estar incluídas no sector das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais. Tal sucedeu com a CP, a empresa-mãe do Grupo, cuja

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Emitida em setembro de 2014.

⁴ SEC 2010.



inclusão no perímetro das Administrações Públicas resultou da alteração⁵ no designado rácio dos 50%, ou “*rácio de mercantidade*”;

- Apesar de em 31 de dezembro de 2015 a CP deter a totalidade das participações da CP Carga, verificou-se o acordo de venda celebrado em 21 de setembro de 2015 com a Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários SA, pelo que nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a CP Carga não foi incluída na consolidação pelo método da consolidação integral;

É neste contexto que são apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do grupo, como se uma única entidade se tratasse.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- i) Reuniões com membros do Conselho de Administração de forma a seguir o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- v) Emissão de parecer sobre o aumento de capital da CP Carga;
- vi) Emissão de parecer sobre a aquisição de imóveis pela CP à FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA (FERNAVE);
- vii) Emissão de parecer sobre o aumento de capital e alienação de ações da FERNAVE.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos e o RJSPE às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela setorial e financeira, do Ministério da Economia e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

⁵ O rácio passou a incluir no denominador, correspondente aos custos operacionais, os encargos líquidos com o pagamento de juros.

CONSELHO FISCAL

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contratos são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)⁶, que abarca o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, ao considerarem o contrato em vigor inadequado, acordaram a sua revogação, estando em curso o processo para a celebração de um novo contrato.

A CP tem autonomizado em empresas alguns segmentos de atividade onde atua⁷, procurando criar sinergias positivas à sua atividade, sendo a empresa-mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, detendo em todas as empresas subsidiárias a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros operadores.

A CP, empresa-mãe, detém, em 31 de dezembro de 2015, direta e maioritariamente as seguintes empresas:

- A CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., participada pela CP a 100%, com o Capital Social de 5 000 000 euros e tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas. Pelo Decreto-Lei n.º 69/2015, de 6 de maio, foi aprovado o processo de reprivatização da CP Carga, tendo o acordo de venda sido celebrado com a Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários SA, em 21 de setembro de 2015 e a assinatura final ocorrida em 20 de janeiro de 2016.
- A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., com a participação da CP em 100%, o Capital Social de 8 100 000 euros e tem como atividade o fabrico, bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Esta empresa detém uma participação de 51% no ACE⁸ SIMEF e 35% na sociedade Nomad Tech, Lda;

⁶ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro.

⁷ Como a manutenção de equipamentos ferroviários, a formação técnica e o transporte ferroviário de mercadorias.

⁸ Agrupamento complementar de empresas.

1700


- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., participada em 100% pela CP, com o Capital Social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros;
- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A., com a participação da CP em 100%, o Capital Social - 50 000 euros e tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. A Fernave detém uma participação de 19,1% na Transcom, SARL, sediada em Moçambique;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., participada em 100% pela CP, com o Capital Social de 50 000 euros e dedica-se à prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;

A CP detém ainda participações minoritárias em sete outras empresas e em dois Agrupamentos Complementares de Empresas, ACE⁹.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Grupo encerrou o exercício de 2015 com um resultado líquido negativo de 278,7 milhões de euros, evidenciando uma quebra de 117,3 milhões de euros (-73%) face ao registado em 2014.

Esta situação resulta essencialmente dos ajustamentos contabilísticos decorrentes do acordo de venda futura da CP Carga, com um impacto líquido negativo nos resultados da empresa de 85 milhões de euros, do reconhecimento dos gastos extraordinários com pessoal resultantes do acordo de variáveis com impacto negativo nos resultados de 27,2 milhões de euros, do facto de não ter sido atribuído em 2015 qualquer indemnização compensatória (subsídio à exploração) por parte do Estado pela prestação do seu serviço público¹⁰ o que representou uma diminuição de rendimentos operacionais de 18 milhões de euros face a 2014, bem como do facto naquele ano se terem registado ganhos extraordinários de 37,2 milhões de euros pela venda dos terminais de mercadorias e de um dos edifícios da CP à REFER.

O resultado financeiro apresentou uma melhoria de 40,4 milhões de euros em virtude da redução da dívida financeira do Grupo CP em 663,6 milhões de euros¹¹ e da redução

⁹ No OTLIS, ACE, com uma participação de 14,28% e no TIP, ACE, com 33,33%, entidades que desenvolvem atividade no domínio da bilhética.

¹⁰ Excluem-se os montantes atribuído pelo Estado correspondentes exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante.

¹¹ Por ter havido dotações de capital do Estado.



acentuada dos juros suportados, em resultado da descida das taxas de juros para níveis historicamente baixos (indexantes negativos) bem como resultante da substituição de empréstimos de curto prazo por novos financiamentos de médio e longo prazo contraídos junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) com taxas inferiores às praticadas pela banca comercial. No final de 2015, o Grupo CP tinha uma dívida de 3.525 milhões de euros, sendo a maior parte (85%) de médio e longo prazo.

De referir que em 2015 os gastos com pessoal (sem indemnizações e acordo de variáveis), diminuíram em 22,6 milhões de euros face a 2014, dos quais, 17,4 milhões resultaram da não consolidação integral da CP Carga. No entanto, retirando este efeito e o decorrente dos gastos adicionais registados em 2014, relativos ao ajustamento dos encargos com pensões de acidentes de trabalho em 11,1 milhões de euros, verificar-se-ia um aumento líquido dos gastos com pessoal no montante de 5,9 milhões de euros, justificado, essencialmente, pela reposição dos cortes remuneratórios em vigor para 2015.

Acresce referir o impacto negativo nos resultados operacionais dos gastos adicionais com pessoal decorrente do designado acordo de variáveis¹², num total de 27,2 milhões de euros a que se junta o montante de 2,7 milhões pagos em 2015 a título de indemnizações por rescisão.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram uma redução de 19,8 milhões de euros, essencialmente em virtude da não consolidação integral da CP Carga.

No que importa às rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 248,9 milhões de euros (-26%), resultante, em larga medida, dos seguintes factos:

1. Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 203,8 milhões de euros em virtude da transferência do material circulante para a CP Carga e da exclusão desta empresa do método de consolidação integral;
2. Diminuição dos diferimentos em 22,2 milhões de euros em resultado da não integração da CP Carga método de consolidação integral, já que em 2014 tinha contribuído com 15,4 milhões de euros para os diferimentos do Grupo e da transferência para da rubrica de financiamentos de 7,1 milhões de euros relativos a juros pela aplicação do custo amortizado na valorização dos empréstimos obrigacionistas detidos pelo Grupo;
3. Diminuição dos ativos não correntes para venda em 3,8 milhões de euros, decorrente da classificação para ativo corrente e virtude não se se perspetivar a venda desses ativos no curto prazo e o aumento das imparidades associadas;
4. Diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários em 17,1 milhões de euros.

¹² Neste período foi celebrado o acordo com as organizações representativas dos trabalhadores sobre a integração dos abonos variáveis no cálculo dos subsídios de férias, resultando daí uma despesa adicional de 27,2 milhões de euros relativa a anos anteriores.





No que se refere ao Capital Próprio do Grupo, verificou-se um desagravamento em 406,9 milhões de euros, passando de 3.569 milhões de euros negativos em 2014 para os 3.162,1 milhões de euros negativos em 2015, resultante, fundamentalmente, dos aumentos de capital realizados pelo Estado no montante de 683,5 milhões de euros e do resultado líquido negativo do período no montante de 278,7 milhões de euros.

No que respeita ao Passivo, a CP registou uma diminuição de 655,7 milhões de euros (-14%), destacando-se as seguintes variações:

1. Diminuição dos Financiamentos Obtidos (dívida remunerada) em 663,6 milhões de euros, sendo que 612,3 milhões de euros resultaram de dotações de capital pelo Estado e o restante pela exclusão da CP Carga do método de consolidação integral (cerca de 49 milhões de euros);
2. Diminuição das provisões constituídas em 5,5 milhões de euros pela resolução de parte dos processos judiciais em curso;
3. Aumento do saldo de fornecedores e outras contas a pagar em 50 milhões de euros, sendo em parte relacionados com os juros e encargos decorrentes do referido acordo de variáveis celebrado com as organizações representativas dos trabalhadores;
4. Diminuição dos diferimentos em 31,1 milhões de euros relacionados com os subsídios ao investimento decorrentes da transferência de material circulante para a CP Carga;
5. Diminuição em 2,4 milhões de euros do valor potencialmente desfavorável do único instrumento financeiro derivado (swap de taxa de juro) detido pela empresa para cobertura do risco de taxa de juro associado ao financiamento da Eurofima. De destacar que a variação positiva verificada, com contrapartida em resultados, resulta da mensuração efetuada por uma entidade externa e de acordo com as regras previstas pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27.

4.1 Empresas do Grupo

A CP encerrou o exercício de 2015 com um resultado líquido negativo de 278,4 milhões de euros, que comparam com os 159,8 milhões de euros registados no exercício anterior, apresentando, assim, um agravamento de 118,6 milhões de euros (74%).

Esta situação foi resultado essencialmente do acordo de venda futura da CP Carga, com um impacto líquido negativo nos resultados da empresa de 85 milhões de euros, do facto de não ter sido atribuído em 2015 qualquer indemnização compensatória (subsídio à exploração) por parte do Estado pela prestação do seu serviço público¹³ o que representou uma diminuição de 17,9 milhões de euros face ao ano de 2014, bem como uma diminuição dos rendimentos e

¹³ Excluem-se os montantes atribuído pelo Estado correspondentes exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante.

ganhos extraordinários face aos registados em 2014 decorrentes, designadamente, da venda naquele ano à REFER dos terminais de mercadorias e de um dos edifícios da CP, no valor global de 14,7 milhões de euros.¹⁴

No que se refere às outras empresas do grupo detidas pela CP, excluindo a CP Carga, destaca-se o seguinte:

- **EMEF**

O resultado líquido da EMEF registou uma melhoria de 469 milhares de euros relativamente ao ano de 2014 em virtude principalmente da diminuição de juros e encargos suportados com a dívida remunerada.

O resultado operacional apresentou uma redução de 35 milhares de euros, apesar dos rendimentos operacionais terem aumentado em 6%. No entanto estes rendimentos foram acompanhados pelo aumento proporcional dos gastos operacionais no montante de 3,4 milhões de euros, essencialmente resultante do aumento do custo das mercadorias vendidas e dos fornecimentos e serviços externos (subcontratos), compensados pela redução dos gastos com pessoal em consequência da redução do quadro de pessoal.

Assim, no final de 2015 a EMEF contava com 979 trabalhadores, menos 5% face a 2014 (1030), tendo os gastos com pessoal sofrido uma redução de 10% face a 2014.

Por fim, e em linha com o verificado na CP, a EMEF beneficiou igualmente da redução das taxas de juro associadas à dívida remunerada, conjugado com uma diminuição do seu nível de endividamento, o que lhe permitiu reduzir os juros e gastos suportados em 43% face a 2014.

- **FERNAVE**

A FERNAVE aprestou uma melhoria do resultado líquido negativo de 674,7 milhares de euros em 2014 para 483,7 milhares de euros em 2015 representando uma melhoria de 28%. No entanto, esta melhoria deveu-se sobretudo ao impacto positivo das mais-valias pela venda dos terrenos e dos edifícios de Lisboa e Porto à CP, no montante de 292 milhares de euros.

Os rendimentos operacionais tiveram uma diminuição 233,6 milhares de euros, de cerca de 21%, registando-se uma descida em todas as áreas de negócio, com especial foco na área da consultadoria.

A empresa desde 2010 reduziu os seus efetivos em 50%, apresentando em 31 de dezembro de 2015, um total de 28 trabalhadores. Contudo, os gastos com pessoal sofreram um incremento de 3,4 milhares de euros, justificado pela devolução de parte dos cortes remuneratórios.

Apesar de uma melhoria de 22% face a 2014, o EBITDA mantém-se negativo em 306,5 milhares de euros.

¹⁴ Resultados melhor analisados no parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais da CP.



CONSELHO FISCAL

Os financiamentos do acionista ascendiam a 2,6 milhões de euros, diminuindo o custo desse financiamento em 6%, pela evolução das taxas de juro. Esta situação permitiu uma poupança de 76 milhares de euros de encargos financeiros.

• **ECOSAÚDE**

No ano de 2015 a empresa registou um crescimento de 2% no volume de negócios, continuando em evolução prospetivada pela reestruturação de 2009, tendo alcançado um EBITDA positivo de 106 milhares de euros

Com o resultado operacional de 28 milhares de euros, apresentou em 2015 um resultado líquido positivo de 4 milhares de euros, o que representa uma melhoria significativa do seu desempenho face ao resultado líquido negativo de 126,1 milhares obtido em 2014.

• **SAROS**

Em linha com desempenhos obtidos em exercícios anteriores, a SAROS registou um resultado líquido positivo de 414,2 milhares de euros. Este resultado superior em 53,5% face ao ano anterior é devido essencialmente ao aumento das vendas e serviços prestados (comissões de mediação de seguro) tendo atingido os 449,1 milhares de euros.

Há a registar o impacto significativo das comissões de mediação de seguro do ramo “saúde” e do ramo “responsabilidades”, com um acréscimo de 89% e 61%, respetivamente.

Neste contexto, importa assinalar que a maioria das empresas participadas da CP (EMEF, Fernave e Ecosaúde) que constituem o grupo CP, dependem exclusivamente do suporte financeiro da empresa-mãe, por não conseguirem libertar fundos que lhes permitam fazer face ao reembolso dos empréstimos obtidos junto da mesma, bem como do facto de não conseguirem financiamento alternativo junto da banca comercial sem a respetiva garantia da CP. Atento a este facto e para não pôr em causa a viabilidade destas participadas, estes empréstimos têm vindo a ser renovados.

5. PARECER

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Pinto Ribeiro, Lopes Figueira & Associados SROC, Lda., os quais foram considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2015 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo



CONSELHO FISCAL

naquela data, tendo em consideração as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no relatório do auditor externo.

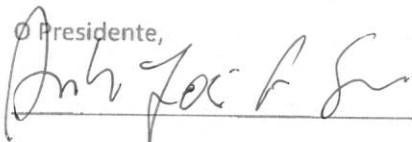
No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP, salientando que não foi considerada na consolidação a CP Carga, por haver um acordo de alienação.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2015, com as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e pelo auditor externo.

Lisboa, 15 de maio de 2016

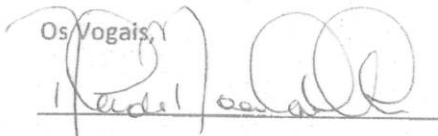
O Conselho Fiscal,

O Presidente,

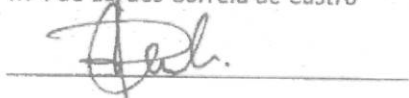


António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Nelson Costa Santos